Centro Universitário Salesiano - UNISALES

RAIANY DA SILVA AMORIM

**A (IR)RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES ABSOLUTÓRIAS FUNDADAS
NO QUESITO GENÉRICO.**

Vitória
2021

RAIANY DA SILVA AMORIM

**A (IR)RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES ABSOLUTÓRIAS FUNDADAS
NO QUESITO GENÉRICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Centro Universitário Salesiano, como requisito
obrigatório para obtenção do título de Bacharel
em Direito.

Orientador(a): Prof. Davi Pascoal Miranda.

Vitória
2021

RAIANY DA SILVA AMORIM

**A (IR)RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES ABSOLUTÓRIAS FUNDADAS
NO QUESITO GENÉRICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof., Mestre, Dr. Davi Pascoal Miranda – Orientador

Dr. Natan Freitas de Oliveira - Avaliador

Dr. Vinicius Barros Vieira - Avaliador

VITÓRIA
2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter conduzido meus caminhos e me dado forças para permanecer nessa árdua caminhada, mesmo com todas as dificuldades pessoais enfrentadas no decorrer da graduação, ele me fez forte.

Agradeço ao meu pai, Rogerio Amorim, que nunca duvidou da minha capacidade e sempre me incentivou a fazer o meu melhor. Ele sempre me ensinou virtudes indispensáveis para me tornar uma mulher de caráter e índole justa.

À minha mãe, Rosimere Cassimiro da Silva, que me fez forte, agradeço por todas as orações e pelo seu amor dedicado a mim. Sou grata ao meu noivo, Filipe Rocha, que se faz presente nos momentos mais singulares e inesquecíveis, sempre me apoiando e me incentivando a fazer o meu melhor. Aos meus irmãos pelo carinho e suporte durante essa jornada.

Às minhas amigas, Alana Pansini, Brenda Farias, Gabriela Barcelos e Kimberly Caetano e Mauriceia Fiorin por me mostrarem o verdadeiro valor da amizade, que me acompanharam nesta luta.

Aos meus queridos docentes, Thaise Valentim Madeira, Davi Pascoal Miranda, Adriano Athayde Coutinho e Fernando Azevedo Carvalho, os meus mais sinceros sentimentos de agradecimentos, por todos os conselhos, pela compreensão e paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Agradeço a todos os meus familiares e amigos pelos créditos depositados em mim. Se hoje estou aqui é porque acreditaram em meu potencial e caminharam ao meu lado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo descrever sobre a viabilidade ou não quanto à interposição de recurso de apelação por possível decisão manifestamente contrariedade à prova dos autos, quando o réu é absolvido pelo Tribunal do Júri, com base no quesito genérico, levando-se em conta a preservação do princípio da soberania dos veredictos. Tem-se como arrimo, os recentes julgamentos exarados pelo Pretório Excelso e do Superior Tribunal de Justiça. A base teórica para fundamentação do problema de pesquisa está elencada nas doutrinas jurídicas brasileiras, bem como, na jurisprudência dos Tribunais Superiores do Brasil, ou seja, o trabalho de pesquisa será baseado em posicionamentos de juristas especialista do tema e julgados do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Concluiu-se não ser cabível o recurso de apelação em decisão proveniente do quesito absolutório genérico, tendo em vista a violação do princípio da soberania dos veredictos, além disso, não caracterizar decisão distorcida dos autos, quando for absolvição por clemência.

Palavras-Chave: Tribunal do júri. Apelação. Clemência. Soberania dos Vereditos. Íntima Convicção.

ABSTRACT

This paper aims to describe the feasibility or not regarding the filing of an appeal for possible decision manifestly contrary to the evidence in the case file, when the defendant is acquitted by the Jury Court, based on the generic item, taking into account the preservation of the principle of the sovereignty of the verdicts. It has as support, the recent judgments issued by the Praetorium Excelso and the Superior Court of Justice. The theoretical basis to substantiate the research problem is listed in Brazilian legal doctrines, as well as in the jurisprudence of the Superior Courts of Brazil, that is, the research work will be based on the positions of specialist jurists on the subject and judgments of the Federal Supreme Court and Superior Justice Tribunal. It was concluded that the appeal is not appropriate in a decision arising from the generic acquittal item, in view of the violation of the principle of sovereignty of the verdicts, in addition, it does not characterize a distorted decision in the records, when it is acquittal by clemency.

Keywords: Jury court. Appeal. Clemency. Sovereignty of Verdicts. Intimate Conviction.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	CONTEXTO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL.....	15
2.1	PROCEDIMENTOS DO JÚRI.....	17
2.1.1	Impronúncia.....	19
2.1.1.1	Despronúncia.....	20
2.1.2	Desclassificação do delito.....	21
2.1.3	Absolvição Sumária.....	22
2.1.4	Pronúncia.....	23
3	DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO TRIBUNAL DO JURI.....	25
3.1	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA VIDA.....	26
3.2	PLENITUDE DE DEFESA.....	27
3.3	SIGILO DAS VOTAÇÕES.....	29
3.4	SOBERANIA DOS VEREDICTOS.....	30
3.4.1	O cabimento da revisão criminal e a soberania dos veredictos.....	34
4	DA APELAÇÃO	36
4.1	DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E A SOBERANIA DOS VEREDICTOS.....	38
4.2	A ABSOLVIÇÃO FUNDADA NO QUESITO GENÉRICO.....	40
4.3	A ABSOLVIÇÃO POR CLEMÊNCIA.....	44
4.4	A (IR)RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES ABSOLUTÓRIAS FUNDADAS NO QUESITO GENÉRICO.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Os princípios como busca da verdade real, contraditório, ampla defesa, duplo grau de jurisdição, devido processo legal entre outros, foram criados com objetivo de proteger o indivíduo frente ao Poder do Estado.

O direito à liberdade é uma das proteções ao indivíduo frente este Poder. Todavia, como qualquer outro direito, a liberdade não é absoluta, sendo possível a sua restrição em alguns casos previstos em lei, haja vista que, o Estado prevalece o direito coletivo sobre o individual.

Há diversas razões pelas quais essa liberdade pode ser limitada, entretanto, em caráter mais sensível, ocorre por exemplo, nos crimes dolosos contra vida, em que, um lado encontra-se o direito à vida, no qual é o bem jurídico tutelado mais relevante, e por outro, o direito à liberdade.

Nesse caso, diante da complexidade, o Tribunal do Júri é um Órgão que possui características próprias para julgar os crimes dolosos contra a vida, sendo a sua essência, a participação da população, na qual, detém como função a garantia da defesa do cidadão contra arbitrariedades do Estado.

Como dito, o instituto é dotado de características exclusivas, conforme dispõe o artigo 5º, XXXVIII da Constituição Federal: "São assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida" (BRASIL, 1988).

Além disso, o órgão possui como objetivo, um julgamento mais humano e menos técnico, haja vista que o Conselho de Sentença não está vinculado as teses de defesas levadas em plenário, dispondo a liberdade de decidir de acordo com sua íntima convicção, podendo até, absolver o acusado por clemência.

A absolvição por íntima convicção, dispõe respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, expresso no código de processo penal em que os jurados são indagados ao quesito de absolvição genérico, "O jurado absolve o réu?". Ou seja, os jurados não são submetidos ao questionamento específicos das teses de defesa (BRASIL, 1941).

Entretanto, também há expressamente a previsão do cabimento do recurso de apelação nas decisões do júri que são manifestamente contrárias à prova dos autos. Nesse sentido, surge uma problemática discussão na jurisprudência, em decorrência de recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Isto posto, buscar-se-á com o presente projeto descrever sobre a viabilidade ou não quanto à interposição de recurso de apelação por possível decisão manifestamente contrária à prova dos autos, quando o réu é absolvido pelo Tribunal do Júri, com base no quesito genérico absolutório previsto no artigo 483, inciso III, do Código de Processo Penal.

Tem-se como arrimo, os recentes julgamentos exarados pelo Pretório Excelso, no qual, utiliza-se do entendimento, o não cabimento do recurso para vergastar decisão absolutória fundada no quesito genérico. Bem como, por outro lado, em entendimento contrário, as decisões do Superior Tribunal de Justiça, no qual, reconhece o cabimento do artigo 593, III, do Código de Processo Penal.

Contudo, o presente projeto, analisará através de pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e artigos publicados, se o cabimento do recurso de apelação nas decisões absolutórias fundadas pelo quesito genérico viola a soberania dos veredictos.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL

Os primeiros júris ocorreram na Grécia antiga, no século IV. a.c., conhecidos como Tribunais Heliastas, em que a população se reunia nas praças públicas como uma forma de justiça popular (BANDEIRA, 2010).

Na palestina, existia o Tribunal dos Vinte e três, no qual julgavam processos criminais com punição de morte. Os integrantes eram padres, levitas, e chefes de famílias de Israel (NUCCI, 2015).

Durante a República no ano de 155 a.c, na cidade de Roma, o Júri tinha uma forma de juízes de comissão, nos quais eram conceituados como *quoestiones*. No momento em que se tornavam definitivos passavam a ser chamados de *queoestiones perpetuae* (NUCCI, 2015).

Entretanto, o alastramento do Tribunal do Júri pelo mundo, teve início em 1215 e permanece até nos tempos atuais. No mesmo ano, na Magna Carta, da Inglaterra, ocorreu o surgimento de sua conformação atual (NUCCI, 2015).

No ano de 1789, após a Revolução Francesa, surgiu o sentido do Júri ser formado pela população, com a ideia de novo modelo republicano. A partir disso, o modelo espalhou-se pela Europa com objetivo de honrar a liberdade e a democracia (NUCCI, 2015).

Com a ocorrência da migração do Direito, que, do seu país de origem, surge para outros, no Brasil, o início do Tribunal do Júri foi pela Lei 18 de junho de 1822, primeiramente, com competência para julgar crimes de imprensa. Tinha como composição vinte e quatro jurados escolhidos “dentre os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas” (BANDEIRA, 2010, p.27).

Nesse sentido, acrescenta Nucci:

Porém, há de se considerar que o Brasil, às vésperas da independência, começou a editar leis contrárias aos interesses da Coroa ou, ao menos, dissonantes do ordenamento jurídico de Portugal. Por isso, instalou-se o júri em nosso País, antes mesmo que o fenômeno atingisse a Pátria Colonizadora. Assim, em 18 de junho de 1822, por decreto do Príncipe Regente, criou-se o Tribunal do Júri no Brasil, atendendo-se ao fenômeno de propagação da instituição corrente em toda a Europa. Pode-se dizer que, vivenciando os ares da época, o que “era bom para a França o era também para o resto do mundo (NUCCI, 2015, p.43).

Passados anos, a Constituição do Brasil reconheceu o Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário com competência para se pronunciar sobre fatos. A Lei de 20 de setembro de 1830 deu traços mais relevantes, instituindo o júri de acusação e o júri de julgar (BANDEIRA, 2010).

O júri de acusação era formado por vinte e três membros e responsáveis de apreciar a formação de culpa. Segundo Mendes de Almeida, citado por Lênio Streck (2001, p. 88).

No dia do Júri de acusação, eram sorteados sessenta juízes de fato. O juiz de paz do distrito da sede apresentava os processos de todos os distritos do termo, remetidos pelos demais juízes de paz e, preenchidas certas formalidades legais, o juiz de direito, dirigindo a sessão, encaminhava os jurados, com os autos, para a sala secreta, onde procediam a confirmação ou revogação das pronúncias ou impronúncias.

De acordo com a evolução da sociedade, tornava-se necessário o aperfeiçoamento legislativo, e isso pactuava no âmbito do Tribunal do Júri, passando este por diversas mudanças.

Entretanto, uma das mudanças mais marcantes foi a alteração na Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, em que o Júri passou a ser considerado um direito ou garantia individual (BANDEIRA,2010).

A Constituição de 16 de julho de 1934 inseriu o Tribunal do Júri no capítulo do Poder Judiciário, posteriormente, a Constituição de 10 de novembro de 1937, foi omissa em relação ao Órgão, causando uma discussão entre os juristas, ao ponto de considerarem a sua extinção (BANDEIRA, 2010).

No entanto, o Decreto-Lei n.º 167, de 05 de janeiro de 1938, outorgou de forma implícita a existência do Júri, estabelecendo sua competência para julgar os crimes de infanticídio, homicídio, induzimento ou auxílio a suicídio, duelo com resultado de morte ou lesão seguida de morte, roubo seguido de morte e sua forma tentada (BANDEIRA, 2010).

Não obstante, o Júri nesse período não era soberano em suas decisões, haja vista que o Tribunal de Apelação poderia por meio de recurso, modificar a decisão do conselho de jurados, aplicando outra pena que entendesse como justa e decidindo diferentemente dos jurados, podendo, até absolver o réu (BANDEIRA,2010).

Em 1946, a constituição volta a inserir o Tribunal do Júri no capítulo “Dos Direitos e Garantias Individuais”, conceituando art. 141, no parágrafo 28, que: “É mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja ímpar o número de seus membros e garantido o sigilo das votações, a plenitude de defesa do réu e a soberania dos veredictos” (BRASIL, 1988).

Outro marco importante foi a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, no qual, a redação da Constituição de 1967, manteve o júri com competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, mas suprimindo a soberania dos seus veredictos (BANDEIRA, 2010).

Por fim, na Constituição de 1988, após a ditadura militar, o texto constitucional inseriu o Tribunal do Júri no título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, seu no art. 5º, inc. XXXVIII, e estabeleceu nos seguintes termos: “É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida” (BRASIL, 1988).

A respeito disso, faz-se pertinentes os comentários de Nestor Távora (2011, p. 1231), leia-se:

Com a Constituição do Brasil de 1988, o tribunal do júri foi confirmado como direito e garantia fundamental. Garantia de sujeição ao tribunal popular, nos crimes de sua competência, para atendimento ao devido processo legal. E direito, conferido de forma ampla, de participar da atividade do Judiciário, na condição de jurado (juízes leigos).

Contudo, na vigência da contemporânea Constituição, o Tribunal do Júri está inserido no título de direitos e garantias fundamentais, como uma cláusula pétrea, não podendo, dessa forma, sua competência ser excluída ou reduzida nem por Emenda.

2.1 PROCEDIMENTOS DO JÚRI

Concebe-se que a essência do Júri, é a participação da população, haja vista que tem como principal objetivo a garantia da defesa do cidadão contra arbitrariedades do Estado (BRASILEIRO, 2018).

Hodiernamente, para fins de julgamentos, o Tribunal do Júri possui sua composição formada por um Juiz presidente e por 25 (vinte e cinco) jurados, nos quais, 7 (sete) serão sorteados dentre os alistados para pertencerem ao Conselho de Sentença (BRASIL, 1941).

O procedimento do Tribunal do júri dividiu-se em duas fases, conhecido como bifásico. Todavia, há juristas que entendem como trifásico, incluindo a fase de preparação do plenário.

Acrescenta, Guilherme Nucci (2015, p.62)

Parece-nos equivocado não considerar como autônoma a denominada fase de preparação do plenário, tão importante quanto visível. Após a edição da Lei 11.689/2008, destinou-se a Seção III, do Capítulo II (referente ao júri), como fase específica ("Da Preparação do Processo para o Julgamento em Plenário), confirmando-se, pois, a existência de três estágios para atingir o 3.1.1 julgamento de mérito.

A primeira fase, diz respeito ao juízo de acusação, que tem como objetivo identificar o crime que deve ser julgado pelo Conselho de Sentença. Seu início é o oferecimento da denúncia ou queixa-crime e o seu encerramento é com sentença do Juízo entendendo pôr absolvição sumária, impronúncia, pronúncia ou desclassificação do delito (BRASILEIRO, 2018).

Nesse sentido:

É a primeira fase, em juízo. Oferecida a denúncia ou queixa, acompanhada do inquérito policial, como regra, o juiz pode rejeitá-la liminarmente se não houver justa causa para a ação penal. Entretanto, havendo provas suficientes da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, deve receber a peça acusatória, ordenando a citação do réu para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias. Havendo citação por edital, computam-se os dez dias para o oferecimento da resposta escrita da data do comparecimento pessoal do acusado ou de seu defensor constituído (NUCCI, 2015, p. 65).

A segunda fase, trata-se de julgamento, refere ao juízo de causa. Tem como início o trânsito em julgado da sentença de pronúncia e finaliza com a sentença do Júri popular.

Nesse contexto:

O juízo de apreciação do mérito da causa (*judicium causae*) constitui a última fase do procedimento do júri, até que se atinja um veredicto, dado pelos jurados, pela procedência (condenação) ou improcedência (absolvição) da ação penal. Esse juízo final é formado por uma série de atos formais, efetivados em plenário do Tribunal do Júri. Por isso, em razão de sua complexidade, comentaremos, no próximo capítulo, o julgamento em plenário (NUCCI, 2015, p. 149).

Ademais, como prevalece o princípio da íntima convicção dos jurados, alguns juristas entendem que é desnecessário a motivação na sentença. No mais, compete aos jurados decidirem pela condenação ou absolvição, bem como, se há presença de qualificadores, aumento ou diminuição de pena. E ao juiz presidente, compete proferir a sentença em coincidência da decisão do Júri (BRASILEIRO, 2018).

Outrossim, nos termos do artigo 76 do Código de Processo Penal, quando existe algum vínculo entre dois crimes, sendo hipótese de conexão, deve haver apenas um processo para apuração conjunta desses delitos, haja vista que facilita na produção de provas, e no julgamento (PACELLI, 2017).

No entanto, nos casos de crimes dolosos contra a vida, a competência do Tribunal Júri prevalece sobre os demais, dado que é uma competência especial, conforme determina o artigo 78 do Código de Processo Penal. Além disso o Instituto é formado de características exclusivas para o julgamento destes crimes (BRASIL, 1941).

2.1.1 Impronúncia

De acordo com o artigo 414 do Código de Processo Penal, a sentença de impronúncia é cabível quando o juiz não se convencer da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou participação (BRASIL, 1941).

A natureza da decisão é terminativa, pois encerra a primeira fase do processo, sem julgamento do mérito. Desse modo, a decisão produz coisa julgada formal, podendo, ser ajuizado outro processo em caso de provas novas, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade (BRASILEIRO, 2018).

Outrossim, há entendimento de juristas no sentido de que, se ocorreu o respeito ao devido processo legal, e as provas foram produzidas, o mais correto seria a absolvição e não a impronúncia.

Nesse sentido, entende o jurista Paulo Rangel (2007, p.104-105):

No Estado Democrático de Direito não se pode admitir que se coloque o indivíduo no banco dos réus, não se encontre o menor indício de que

ele praticou o fato e mesmo assim fique sentado, agora, no banco do reserva, aguardando ou novas provas ou a extinção da punibilidade, como se ele é quem tivesse de provar sua inocência, ou melhor, como se o tempo é que fosse lhe dar a paz e a tranquilidade necessárias. A decisão de impronúncia não é nada. O indivíduo não está nem absolvido nem condenado, e pior: nem vai a júri. Se solicitar sua folha de antecedentes, consta o processo que está 'encerrado' pela impronúncia, mas sem julgamento de mérito. Se precisar de folha de antecedentes criminais sem anotações, não o terá; não obstante o Estado dizer que não há os menores indícios de que ele seja o autor do fato, mas não o absolveu.

Além disso, a fundamentação da decisão de impronúncia deve ser objetiva e detalhada, não deve o magistrado utilizar-se de termos conclusivos, como por exemplo, "a acusação contra o réu é absurda", pois é cabível o recurso ao Tribunal, podendo este remeter ao Júri para julgamento (NUCCI, 2015).

Acrescenta, Guilherme Nucci (2015, p.119):

Se a fundamentação for exagerada, parece-nos cabível que o órgão acusatório, em sua apelação, levante, como preliminar, a nulidade da decisão, para que outra seja proferida em termos sóbrios. Como não há nulidade sem prejuízo – essa é a regra que se busca consagrar em processo – a Corte deve verificar o seguinte: a) havendo, no seu entender, elementos para a pronúncia, acolhe a preliminar, determinando que o juiz profira outra decisão, em termos comedidos. Posteriormente, subindo novamente o recurso, reforma a decisão e remete o caso a júri; b) se constatar que a impronúncia é o melhor caminho a seguir, rejeita a preliminar, por economia processual, confirmando a decisão de primeiro grau.

Nesse perspectiva, Paulo Rangel (2018, p.162) afirma:

Se o réu é inocente porque se não logrou êxito em colher indícios suficientes de que é o autor do fato que lhe foi imputado, não faz sentido ser impronunciado e ficar aguardando, para sua (in)segurança, a extinção da punibilidade. Inclusive, porque o legitimado poderá ir para o cível promover a competente ação civil de ressarcimento de danos, fato que, por sisó, causa-lhe irreparável prejuízo.

Desse modo, há divergência doutrinária no sentido de que a decisão de impronúncia é inconstitucional. Todavia, prevalece o texto do artigo 414 do CPP: "Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado" (BRASIL, 1941).

Isto posto, a decisão de impronúncia é instruída após a realização de todo procedimento probatório, respeitando a ampla defesa e o contraditório, com uma fundamentação objetiva e sem apreciação do mérito.

2.1.1.1 Despronúncia

A despronúncia ocorre quando a decisão de pronúncia é transformada em impronúncia por meio de interposição de recurso de apelação. Nesse sentido, em julgamento ao recurso o Tribunal Superior reforma a sentença de primeira instância (BRASILEIRO, 2018).

Além disso, é cabível o juízo de retratação conforme artigo 589 do código de processo penal, podendo o juízo o quo, pronunciar o réu após ter entendido pela impronúncia.

2.1.2 Desclassificação do Delito

A sentença de desclassificação é quando o Ministério Público denuncia o Réu pelo crime doloso contra a vida, mas o Juiz discorda com a acusação, como dispõe o artigo 419 do CPP: “Quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos referidos no § 1º do art. 74 deste Código e não for competente para o julgamento, remeterá os autos ao juiz que o seja” (BRASIL, 1941).

Nesse sentido, possui dois tipos de desclassificação, a própria e a imprópria. A primeira, o juiz somente pode desclassificar a infração penal, se a denúncia for recebida como crime doloso contra vida. Pois, entende que trata de crime diverso daqueles previstos no artigo 74 § 1º, do Código de Processo Penal (homicídio doloso, simples ou qualificado; induzimento, instigação ou auxílio a suicídio; infanticídio ou aborto) (BRASIL, 1941).

Desse modo, conforme o artigo 419 do CPP, a desclassificação própria, ocorre quando o delito narrado na denúncia não é de competência do Tribunal do Júri, remetendo os autos para o juiz singular (BRASIL, 1941).

A segunda desclassificação, conhecida como imprópria, é para imputação de crime mais grave, conforme artigo 383 do CPP que expressamente prevê “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.” (BRASIL, 1941).

Nesse caso, conhecido como *emendatio libelli*, o juiz corrige o pedido do Ministério Público sem alterar os fatos contidos na denúncia.

Assim dispõe, Paulo Rangel, (2018, p. 175):

Se o MP narra um infanticídio e pede pronúncia pelo crime de homicídio, o juiz quando da decisão de pronúncia, corrige o pedido. Como a competência do Tribunal do Júri é para os crimes dolosos contra a vida, o rito será o mesmo, isto é, rito especial do Tribunal do Júri, não havendo prejuízo para o réu. Não se trata de um novo fato, ou de acréscimo do fato descrito, mas sim de corrigenda do pedido, não do fato.

Nesse sentido, a decisão de desclassificação imprópria, ocorre quando o juiz entende que o delito é diverso daquele constado na peça acusatória. Todavia, a competência do júri permanece, como por exemplo, a desclassificação do crime de homicídio simples, para o infanticídio, ambos competem ao Tribunal do Júri.

Dispõe, Renato Brasileiro (2018, p.1366):

A desclassificação a que se refere o artigo 419 do CPP é para delito não doloso contra a vida, ou seja, para um crime que não seja da competência do próprio tribunal do júri. Exemplificando, se o juiz entender que não se trata de homicídio doloso, mas sim de latrocínio, deve proceder a desclassificação, remetendo ao juiz singular, salvo se ele próprio for competente. No entanto, se entender que o fato delituoso versa sobre crime de infanticídio, a decisão proferida não é de desclassificação, mas sim se pronúncia. Não se pode, portanto, confundir a expressão desclassificação utilizada quando o juiz dá ao fato capitulação legal diversa daquela constante na peça acusatória, com a desclassificação a que se refere o artigo 419 do CPP, cabível apenas quando se entender que a imputação não versa sobre crime doloso contra vida.

Dessa forma, a decisão de desclassificação ocorre para que a verdadeira feição do Júri seja mantida, na medida em que os jurados não devem se reunir para julgar crimes que não estejam dispostos na sua competência constitucional (RANGEL, 2018).

2.1.3 Absolvição Sumária

É a decisão de mérito que julga improcedente o requerimento punitivo do Estado, encerrando o processo. Em síntese, o artigo 415 do CPP, dispõe que o juiz poderá absolver o réu sumariamente quando:

Artigo 415 O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando: (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

I – provada a inexistência do fato; (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

II – provado não ser ele autor ou partícipe do fato; (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

III – o fato não constituir infração penal; (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimputabilidade prevista no caput do art. 26 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008) (BRASIL, 1941).

No caso do inciso I do artigo 415 do CPP, da inexistência do fato, Guilherme Nucci (2015, p.127) cita como exemplo: “a vítima do aventado homicídio, que havia sido empurrada pelo réu em caudaloso rio, desaparecendo, surge, ao longo da instrução, demonstrando não ter ocorrido morte. Logo, o acusado deve ser absolvido sumariamente.”

Entretanto, o inciso II do artigo 415 do CPP, refere da possibilidade da existência do crime doloso contra vida, ou seja, há indícios de materialidade, todavia, o autor do delito ilícito é diverso do indiciado. Ademais, o inciso III, é quando há o fato, mas, este é atípico, ou seja, a conduta não constitui infração penal.

Por fim, também é cabível absolvição sumária quando demonstrada a causa de isenção de pena, isto é, excludente de culpabilidade, nas quais são: erro de proibição, coação moral irresistível, obediência hierárquica e embriaguez. Ou, excludente de ilicitude, em outros termos, quando o fato foi praticado em estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento de dever legal e no exercício regular do direito (NUCCI,2015).

Cabe destacar que, a inimputabilidade disposta no artigo 26, caput do Código Penal, não cabe a absolvição sumária, salvo quando está for a única tese defensiva. Ou seja, de acordo com o parágrafo único do artigo supracitado, se o réu é considerado semi-imputável, deve ser em regra, pronunciado normalmente, se caso for condenado, deve ser a ele imposta como pena, a medida de segurança (BRASILEIRO, 2018).

Nesse sentido, caso não haja outra tese de defesa, sendo a inimputabilidade a única, é possível o cabimento de absolvição sumária ao Acusado.

2.1.4 Pronúncia

De acordo com o artigo 413, caput, estando o juiz convencido da materialidade do delito e a existência de indícios suficientes de autoria ou participação, deve pronunciar o acusado, de forma fundamentada (BRASIL, 1941).

É uma decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação, encerrando a fase de formação de culpa e iniciando a fase de preparação do plenário. Na pronúncia, há juízo de prelibação, pois o juiz pode aceitar ou rejeitar a denúncia, sem qualquer análise de mérito (NUCCI, 2015).

Nesse sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça:

A pronúncia é decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação, remetendo o caso à apreciação do Tribunal do Júri. Encerra, portanto, simples juízo de admissibilidade da acusação, não se exigindo a certeza da autoria do crime, mas apenas a existência de indícios suficientes e prova da materialidade, imperando, nessa fase final da formação da culpa, o brocardo *in dubio pro societate* (AgRg no AREsp 71.548/SP, 5.^a T., rel. Regina Helena Costa, 10.12.2013, v.u., grifamos).

Para que o juiz pronuncie o Acusado, deve estar convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação, como demanda o artigo 412, caput, do CPP. Desse modo, mesmo com a possibilidade de absolvição sumária, o juiz, deve estar convencido, haja vista, que não pode levar o acusado para julgamento sob mera probabilidade de ocorrência do crime (BRASIL, 1941).

Nesse sentido, mesmo que não haja necessidade de um juízo de certeza, é necessário, a presença de elementos de provas, ainda que indireto ou de baixa aptidão persuasiva, que possa ter um nexo entre o delito cometido e o agente, com possibilidade de autoria.

Ademais, o juiz deve atentar-se ao proferir sua decisão, a fundamentação da motivação da pronúncia deve ser totalmente imparcial, dado que, se caso houver exageros na decisão de pronúncia, com aparência de sentença condenatória, esta pode ser influenciada na decisão dos jurados, violando, portanto, a soberania dos veredictos.

Assim entende o jurista Guilherme Nucci (2015, p.90):

A pronúncia não pode conter termos exagerados, nem frases contundentes (ex.: “é óbvio ser o réu o autor da morte da vítima”, quando aquele nega a autoria). Porém, não pode prescindir de

motivação. Do contrário, não passaria de um mero despacho de expediente. Se a defesa alega e reclama do magistrado a absolvição sumária, por legítima defesa, por exemplo, torna-se essencial que o julgador afaste a excludente e pronuncie o réu, sem, contudo, manifestar-se avesso, terminantemente, à tese defensiva. Assim fazendo, pode comprometer a isenção futura dos jurados, pois o defensor terá o direito de reiterar o pedido de absolvição, com base no mesmo motivo, em plenário

Desse modo, caso ocorra o excesso, presume o prejuízo da imparcialidade dos jurados e da soberania dos veredictos, ocasionando nulidade da decisão. Há divergência doutrinária no sentido de a nulidade ser relativa ou absoluta, todavia, a jurisprudência entende que uma vez reconhecida o excesso de fundamentação na decisão de pronúncia, basta que esta seja desentranhada dos autos, não sendo necessário a nulidade do processo em todo.

A decisão de pronúncia limita-se a materialidade do fato e da existência de indícios de autoria ou de participação, além disso, também deve o juiz indicar as qualificadoras e as causas de aumento de pena. Caso não for indicado, pode implicar no julgamento, haja vista que os jurados respondem os quesitos elaborados no plenário do júri.

Nesse sentido, se está presente alguma qualificadora na peça acusatória, o juiz deve indicar o dispositivo legal, bem como, explicar qual a motivação que levou o agente a praticar o delito.

Dentre os efeitos da decisão de pronúncia estão: a limitação da acusação em plenário; a preclusão das nulidades relativas não arguidas até a pronúncia; interrupção da prescrição; preclusão da decisão e sua modificabilidade; e por fim, a principal, a submissão do acusado a julgamento perante o Tribunal do Júri.

3 DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO TRIBUNAL DO JÚRI

O Tribunal do Júri é um órgão que está previsto na constituição federal como os demais do Poder Judiciário, entretanto, o Júri está elencado no rol dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos, no artigo 5º XXXVIII. O objetivo disso, é garantir que o Tribunal leigo funcione como defesa da sociedade contra os atos autoritários do Poder (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, as garantias constitucionais, são princípios explícitos inerentes ao Tribunal do Júri, sendo eles: a plenitude de defesa; o sigilo das votações; a

soberania dos veredictos; e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (BRASIL, 1988).

3.1 Competência para julgamento de crimes dolosos contra vida

O art. 5.º, XXXVIII, d, da CF, assegura a competência do júri para o julgamento dos delitos dolosos contra a vida, sendo os crimes, como, homicídio, seja simples, qualificado ou privilegiado, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio e abortos (BRASIL, 1988).

A competência do Tribunal do Júri é mínima, pois não pode ser afastada nem mediante emenda constitucional, haja vista que trata-se de uma cláusula pétrea, conforme art. 60, parágrafo 4º, inciso, IV. Todavia, não há impedimento de ampliação da competência pelo Poder Legislativo (BRASIL, 1988).

O jurista Guilherme Nucci (1999, p. 174), seguindo a trilha desse entendimento, afirma:

Diz a Constituição Federal que 'é à instituição do júri', assegurada a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (art. 5º,XXXVIII,d). Garante para o Tribunal popular uma competência mínima, o que não significa, conforme doutrina majoritária, a impossibilidade de ampliação dos casos para abranger outras modalidades de delitos.

Nesse sentido, conforme demanda o artigo 78, inciso I, do código de processo penal, compete ao Tribunal do Júri, julgar crimes conexos ou continentes, com exceção , aos militares, eleitorais e as contravenções penais (BRASIL, 1940).

Assim, entende o Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2010):

A competência do Tribunal do Júri, fixada no art. 5.º, XXXVIII, d, da CF, quanto ao julgamento de crimes dolosos contra a vida é passível de ampliação pelo legislador ordinário. II – A regra estabelecida no art. 78, I, do CPP de observância obrigatória, faz com que a competência constitucional do Tribunal do júri exerça uma vis atractiva sobre delitos que apresentem relação de continência ou conexão com os crimes dolosos contra a vida. Precedentes. III – A manifestação dos jurados sobre os delitos de sequestro e roubo também imputados ao réu não maculam o julgamento com o vício da nulidade (HC 101542/SP, 1.ª T., j. 04.05.2010, v.u., rel. Ricardo Lewandowski).

Cabe destacar que, o resultado morte, por si só, não caracteriza competência do Júri, como por exemplo, nos crimes de latrocínio e genocídio, haja vista que o bem jurídico tutelado desses delitos não é a vida.

Ademais, a competência do Tribunal do Júri não tem distinção quanto a esfera

Estadual ou Federal, pois está circunscrita aos processos que julgam crimes dolosos contra a vida.

3.2 PLENITUDE DE DEFESA

Entende-se que a plenitude de defesa é um direito exercido com uma amplitude maior do que a ampla defesa, podendo se valer de argumentos antijurídicos, como de ordem social, emocional, política criminal etc.

A plenitude de Defesa é dívida em defesa técnica e autodefesa. A primeira, diz respeito a atuação do advogado, pois, ele não está limitado somente nos dispositivos de lei ou jurisprudências, mas também, é possível, que se utilize de argumentos como sociais, emocionais, até religiosos.

Nesse sentido, segundo o jurista Guilherme Nucci (2015, p.27), a plenitude de defesa é distinta da ampla defesa, pois nesta, busca-se uma defesa perfeita, se valendo de todos os meios possíveis para um resultado favorável ao réu, veja-se:

Amplio é algo vasto, largo, copioso, enquanto pleno equivale a completo, perfeito, absoluto. Somente por esse lado já se pode visualizar a intencional diferenciação dos termos. E, ainda que não tenha sido proposital, ao menos foi providencial. O que se busca aos acusados em geral é a mais aberta possibilidade de defesa, valendo-se dos instrumentos e recursos previstos em lei e evitando-se qualquer forma de cerceamento. Aos réus, no Tribunal do Júri, quer-se a defesa perfeita, dentro, obviamente, das limitações naturais dos seres humanos.

Todavia, a defesa técnica é indispensável, podendo até mesmo, o acusado ser considerado indefeso, tendo como consequência o rompimento do conselho de sentença e a designação de uma nova data para julgamento, conforme prevê o artigo 497, inciso V do CPP (BRASIL, 1941).

Ademais, é livre os argumentos utilizados pela defesa em plenário, no entanto, deve ser atentar aos princípios do ordenamento jurídico, não podendo estes sofrerem violações.

Nessa ótica, em recente julgamento, o Supremo Tribunal Federal, teve o entendimento que a legítima defesa da honra, não é uma tesa protegida pela plenitude de defesa, uma vez que viola os princípios constitucionais, como o da

dignidade da pessoa humana, proteção a vida e igualdade de gênero (BRASIL, 2021).

Assim, dispõe:

SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE RECONSIDEROU ANTERIOR NEGATIVA DE PROVIMENTO DO RHC PARA ACOLHER A TESE DEFENSIVA E DAR-LHE PROVIMENTO. PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. INCLUSÃO DO QUESITO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO PELA LEI 11.689/2008 (ART. 483, III, DO CPP). CONTROLE JUDICIAL DO JUÍZO ABSOLUTÓRIO QUANDO O RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FUNDAR-SE EM DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS (ART. 593, III, D, DO CPP). IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – Em razão da superveniência da Lei 11.689/2008, que alterou o Código de Processo Penal – CPP no ponto em que incluiu no questionário do procedimento do Tribunal do Júri o quesito genérico de absolvição (art. 483, III), “os jurados passaram a gozar de ampla e irrestrita autonomia na formulação de juízos absolutórios, não se achando adstritos nem vinculados, em seu processo decisório, seja às teses suscitadas em plenário pela defesa, seja a quaisquer outros fundamentos de índole estritamente jurídica, seja, ainda, a razões fundadas em juízo de equidade ou de clemência” (HC 185.068/SP, Rel, Min. Celso de Mello, Segunda Turma). II – Em face da reforma introduzida no procedimento penal do júri, é incongruente o controle judicial em sede recursal (CPP, art. 593, III, d), das decisões absolutórias proferidas pelo Tribunal do Júri com base no art. 483, III e § 2º, do CPP, quer pelo fato de que os fundamentos efetivamente acolhidos pelo Conselho de Sentença para absolver o réu (CPP, art. 483, III) permanecem desconhecidos (em razão da cláusula constitucional do sigilo das votações prevista no art. 5º, XXXVIII, b, da Constituição), quer pelo fato de que a motivação adotada pelos jurados pode extrapolar os próprios limites da razão jurídica. III – Agravo regimental a que se nega provimento. (RHC 192432 AgR-segundo, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 23/02/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-089 DIVULG 10-05-2021 PUBLIC 11-05-2021)

Desse modo, a garantia do princípio constitucional, refere que, o defensor é livre para fundamentar sua defesa, podendo se valer de argumentos antijurídicos, todavia, os princípios constitucionais devem ser respeitados, bem como, sua defesa deve ser clara e técnica, sob pena de nulidade.

A autodefesa no Tribunal do Júri, assegura o acusado o direito de apresentar sua tese pessoal, por interrogatório, no qual, não necessariamente, precisa ser técnica. Esta defesa, é uma garantia que se dá ao acusado, de passar a sua versão acerca dos fatos para uma melhor compreensão dos jurados (BRASILEIRO, 2018).

Nesse caso, o juiz é obrigado a incluir na quesitação a tese pessoal que foi argumentada pelo acusado, mesmo que haja divergência daquela apresentada pelo seu defensor, sob pena de nulidade absoluta, por desrespeitar a plenitude de defesa (BRASILEIRO, 2018).

3.3 SIGILO DAS VOTAÇÕES

Por força da garantia constitucional do sigilo das votações, o artigo 485 do CPP, dispõe que, não havendo mais dúvidas a serem esclarecidas, o juiz presidente, os jurados, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça irão se dirigir à sala especial a fim de ser procedida a votação (BRASIL, 1941).

Nesse sentido, a garantia constitucional do sigilo das votações, diz respeito ao ato de votar dos jurados, e não ao resultado, ou seja, não será dado a ninguém o sentido do voto do jurado. Objetivo disso, é para que os jurados estejam livres e insetos para proferir seu veredito (NUCCI, 2015).

Nessa ótica, entende o jurista Guilherme Nucci (2015, p.31)

Não se pode imaginar um julgamento tranquilo, longe de qualquer pressão, feito à vista do público, no plenário do júri. Note-se que as pessoas presentes costumam manifestar-se durante a sessão, ao menor sinal de um argumento mais incisivo feito pela acusação ou pela defesa. Ainda que o juiz exerça o poder de polícia na sala e possa determinar a retirada de alguém espalhafatoso de plenário, é certo que, durante a votação, essa interferência teria consequências desastrosas

Outrossim, a sala especial referente ao caput do artigo 485 do CPP, não se trata de sala secreta, mas sim, de um local em que se realizará a votação através de publicidade reservada (BRASILEIRO, 2018).

Desse modo, a votação dos quesitos pelos jurados é submetida a publicidade reservada, haja vista que não há presença do público externo, bem como, do próprio acusado, o qual é representado pelo seu advogado na sala secreta (BRASILEIRO, 2018).

A presença do advogado no momento da leitura dos quesitos, é indispensável, razão pela qual, na hipótese do réu ser advogado habilitado liberado para atuar no Tribunal do Júri, como seu próprio defensor, é nomeado um advogado dativo,

público ou constituído, para acompanhar os votos na sala secreta (BRASILEIRO, 2015).

Cabe destacar, que a sala secreta não viola o princípio da publicidade, haja vista que, a própria constituição federal, permite a limitação de presença em determinados atos das próprias partes que compõe o processo.

Ademais, em razão do sigilo das votações, é adotado no sistema do Tribunal do Júri, a incomunicabilidade dos jurados, dessa forma, segundo o artigo 564, inciso III, alínea j, do CPP, se houver comunicação entre os jurados, é causa de nulidade absoluta. O objetivo disso, é a preservação da íntima convicção dos jurados (BRASIL, 1941).

À vista disso, se caso os jurados se comunicarem entre si, serão submetidos a exclusão do Conselho de Sentença e multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos, a critério do juiz, conforme demanda o artigo 466, parágrafo 1º do CPP (BRASIL, 1941).

Ademais, a nova redação do artigo 483, parágrafo 1º do CPP, diz respeito a votação unânime, dessa forma, se a resposta ao quesito de absolvição genérica for afirmativa por mais de 3 (três) jurados, dará por encerrada a votação, devido o resultado da absolvição do acusado.

Portanto, a votação é interrompida quando 4 (quatro) jurados votarem no mesmo sentido. Assim, como o voto é sigiloso, há impedimento da leitura dos demais, não sendo divulgado o quórum total.

3.4 SOBERANIA DOS VEREDICTOS

Como afirma o dispositivo 5º, inciso XXXVIII, alínea “c”, a vontade popular, a decisão dos jurados é soberana, ou seja, o Tribunal formado por juiz togado não pode modificar o mérito da decisão do Conselho de Sentença, seja ela condenatória ou absolutória. Entende-se que, caso fosse permitido o reexame do mérito da decisão, a competência especial do Tribunal do Júri estaria sendo mitigada (BRASILEIRO, 2018).

Segundo o jurista Guilherme Nucci (2012, p. 387), a soberania dos veredictos seria a alma do tribunal do júri, dado que é assegurada o efetivo poder

jurisdicional e não somente a prolação de um parecer passível de rejeição por qualquer magistrado togado. Para o Autor, é uma questão simples e complexa, pois o veredicto popular é a última palavra.

Entende-se que é simples, pois a vontade do povo é absoluta, não podendo a decisão do júri ser reexaminada por qualquer Tribunal togado, todavia, é complexa, na medida em que, há existência de desprezo em referida supremacia da sociedade em grande segmento da prática forense (NUCCI, 2015).

Nesse contexto, nas palavras de Ricardo Vital de Almeida (2005, p.57): “patrimônio da cidadania e garantia fundamental, a soberania plena dos vereditos do Júri está acima de quaisquer pretensas justificativas que possam permitir sua negação.”

Como é um princípio constitucional, não há dúvidas de que deve ser respeitado. Para Nucci (2012), o respeito refere-se em permitir aos jurados que decidem de acordo com a sua consciência, e não conforme a lei. Aliás, a essência do Júri é justamente a participação do povo de forma democrática, com o Poder da íntima convicção.

Para o Autor, se a decisão for manifestadamente contrária à prova dos autos, ou seja, acarretar equívoco do judiciário, o Tribunal Togado em análise recursal, poderá determinar o caso para novo julgamento, mas em hipótese alguma, poderá analisar o mérito da decisão, pois invalidará o veredicto (NUCCI, 2015, p 33), assim dispõe:

Se a participação popular no Judiciário, por meio do júri, é tão enaltecida por muitos, como mecanismo do exercício da cidadania, numa autêntica democracia, deve-se respeitar a decisão proferida, em homenagem ao princípio constitucional expresso: a soberania dos vereditos.

Nesse sentido, o Marques (1963) acrescenta:

Se soberania do Júri, no entender da *communis opinio doctorum*, significa a impossibilidade de outro órgão judiciário substituir ao Júri na decisão de uma causa por ele proferida, soberania dos veredictos traduz, *mutatis mutandis*, a impossibilidade de uma decisão calcada em veredicto dos jurados ser substituída por outra sentença sem esta base. Os veredictos são soberanos porque só os veredictos é que dizem se é procedente ou não a pretensão punitiva (MARQUES apud LOPES FILHO, 1963, p. 80).

Além disso, na mesma linha, o jurista Renato Brasileiro (2018), entende que a força da soberania dos veredictos significa dizer que as decisões do Tribunal do

Júri não podem ser modificadas quanto ao seu mérito, mas que isso não as tornam em irrecorríveis e imutáveis.

Para o autor, é possível o cabimento do recurso de apelação para o Tribunal Superior, podendo este cassar a decisão do conselho de sentença e determinando novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

Acrescenta Renato Brasileiro (2018, p. 1354):

Face a soberania dos veredictos, não se defere ao juízo *ad quem* a possibilidade de ingressar na análise do mérito da decisão dos jurados para fins de absolver ou condenar o acusado por ocasião do julgamento de apelação interposta contra decisão do tribunal do júri. No entanto, é plenamente possível que o tribunal de provimento ao recurso para sujeitar o acusado a novo julgamento.

Cabe destacar que, na jurisprudência, a soberania dos veredictos é um preceito constitucional fundamental, todavia, há divergência no que refere a sua aplicação como um princípio absoluto.

Nesse seguimento, o Superior Tribunal de Justiça, dispôs o entendimento, no sentido de que, há possibilidade do Ministério Público, requerer anulação do Júri mediante recurso de Apelação, quando verificado a existência de decisão manifestamente contrária a provas dos autos.

À vista disso, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, julgou o HC nº 313251/RJ (BRASIL, 2018):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. APELAÇÃO DA ACUSAÇÃO PROVIDA. ART. 593, III, D, DO CPP. SUBMISSÃO DO RÉU A NOVO JULGAMENTO. O JUÍZO ABSOLUTÓRIO PREVISTO NO ART. 483, III, DO CPP NÃO É ABSOLUTO. POSSIBILIDADE DE CASSAÇÃO PELO TRIBUNAL DE APELAÇÃO. EXIGÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO CONCRETA DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS PRESERVADA. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MANIFESTA CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO QUE DEMANDA REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE EM HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal. 2. As decisões proferidas pelo conselho de sentença não são irrecorríveis ou imutáveis, podendo o Tribunal *ad quem*, nos termos do art. 593, III, d, do CPP, quando verificar a existência de decisão manifestamente

contrária às provas dos autos, cassar a decisão proferida, uma única vez, determinando a realização de novo julgamento, sendo vedada, todavia, a análise do mérito da demanda. 3. A absolvição do réu pelos jurados, com base no art. 483, III, do CPP, ainda que por clemência, não constitui decisão absoluta e irrevogável, podendo o Tribunal cassar tal decisão quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com as provas apresentadas em plenário. Assim, resta plenamente possível o controle excepcional da decisão absolutória do Júri, com o fim de evitar arbitrariedades e em observância ao duplo grau de jurisdição. Entender em sentido contrário exigiria a aceitação de que o conselho de sentença disporia de poder absoluto e peremptório quanto à absolvição do acusado, o que, ao meu ver não foi o objetivo do legislador ao introduzir a obrigatoriedade do quesito absolutório genérico, previsto no art. 483, III, do CPP. 4. O Tribunal de Justiça local, eximindo-se de emitir qualquer juízo de valor quanto ao mérito da acusação, demonstrou a existência de julgamento manifestamente contrário à prova dos autos amparado por depoimento de testemunha e exame de corpo de delito. Verifica-se que a decisão do conselho de sentença foi cassada, com fundamento de que as provas dos autos não deram respaldo para a absolvição, ante a inexistência de causas excludentes de ilicitude ou culpabilidade, não prevalecendo, a tese defensiva da acidentalidade, tendo em vista a demonstração de que o acusado continuou a desferir golpes à vítima já caída ao chão, sendo a causa da sua morte, traumatismos no crânio, pescoço e tórax. 5. Havendo o acórdão impugnado afirmado, com base em elementos concretos demonstrados nos autos, que a decisão dos jurados proferida em primeiro julgamento encontra-se manifestamente contrária à prova dos autos, é defeso a esta Corte Superior manifestar-se de forma diversa, sob pena de proceder indevido revolvimento fático-probatório, incabível na via estreita do writ. Habeas corpus não conhecido.

Dessa forma, a Corte Superior, entende que a soberania dos veredictos não é um princípio absoluto, pois, é possível, a realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri, quando tratar-se da aplicação do artigo 593, inciso III, alínea, d, do CPP.

Entende também, que o recurso de apelação é cabível nas decisões por clemência, piedade ou baseadas em qualquer defesa técnica nas quais são abordadas em plenário, desde que, por uma única vez quando reconhecesse o equívoco manifesto contrário a prova dos autos (BRASILEIRO, 2018).

Todavia, no julgamento do HC nº 178.777, o Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2020), dispôs o entendimento em que, não cabe recurso de Apelação na decisão fundada pelo quesito absolutório genérico, pois a soberania dos veredictos é absoluta, podendo os jurados decidirem conforme sua íntima convicção e independentemente das teses vinculadas aos autos, como, por exemplo, clemência e piedade.

Portanto, desfruta no sentido de que é inconstitucional o cabimento do recurso de apelação, pois prevalece o princípio da íntima convicção dos jurados, podendo eles, decidirem conforme seu convencimento, não estando vinculados somente nas provas produzidas nos autos. Razão pela qual, não há como afirmar que a decisão do conselho de sentença é manifestamente contrária à prova dos autos.

3.4.1 O cabimento da revisão criminal e a soberania dos veredictos

A revisão criminal, é uma ação autônoma de impugnação de competência originária dos Tribunais, por meio da qual, a pessoa condenada requer ao Tribunal que revise a decisão que o condenou, sob a fundamentação de que ocorreu um erro judiciário.

A ação de revisão criminal detém o procedimento parecido com a Ação rescisória do cível, pois ligitá pelo reconhecimento de equívocos cometidos durante o processo (PACELLI, 2017).

Nesse sentido, Paulo Rangel (2018, p.165) acrescenta:

Uma vez surgindo provas novas de inocência do acusado, terá ele direito à reparação dos prejuízos sofridos com aquele processo penal, através da revisão criminal, que deve ser utilizada, analogicamente, nesse caso. É bem verdade que revisão criminal, segundo a lei, somente se admite de sentença condenatória (cf. art. 621 do CPP), por isso aplicamos a analogia e estendemos sua eficácia e utilidade jurídica. Do contrário, iremos consagrar uma injustiça e só admitiremos novas provas de culpabilidade do réu, autorizando, assim, a reabertura do processo de pretensão acusatória e não de pretensão libertária.

Assim, para os Juristas, os jurados são seres humanos e não estão isentos a erros e falhas, dessa forma, tornar a decisão do Tribunal do Júri em irrecorrível é o mesmo que transformá-lo em um órgão imutável.

Nessa linha, veja-se que o princípio da liberdade e da dignidade da pessoa humana prevalece sobre a soberania dos veredictos, na medida em que, ocorrendo um erro no processo penal, é cabível ao réu, a ação de revisão criminal.

Desse modo, entende o doutrinador Guilherme Nucci, (2015, p.33):

Aos que defendem estar a liberdade do réu acima de qualquer princípio regente da instituição do Júri, devemos responder que não se trata de

uma disputa, mas de um mecanismo constitucional, escolhido pelo Poder Constituinte Originário, para atingir o veredito justo.

Além disso, acrescenta Mirabete:

A soberania dos veredictos dos jurados, afirmada pela Carta Política, não exclui a recorribilidade de suas decisões, sendo assegurada com a devolução dos autos ao Tribunal do Júri para que profira novo julgamento, se cassada a decisão recorrida pelo princípio do duplo grau de jurisdição. Também não fere o referido princípio a possibilidade da revisão criminal do julgado do Júri, [lxxxii] a comutação de penas etc. Ainda que se altere a decisão sobre o mérito da causa, é admissível que se faça em favor do condenado, mesmo porque a soberania dos veredictos é uma “garantia constitucional individual” e a reforma ou alteração da decisão em benefício do condenado não lhe lesa qualquer direito, ao contrário beneficia (MIRABETE, 2006, p. 496)

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2013), consolidou entendimento jurisprudencial, no qual o Tribunal Revisor desfruta não somente da competência para processar revisão criminal referente à decisão do tribunal do Júri, mas, bem como, desconstituí-la para decretar a absolvição do apenado quando o julgado diferir dos elementos probatórios, assim alega:

REVISÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO PENAL PELO JÚRI. ERRO JUDICIÁRIO. INOPONIBILIDADE DA SOBERANIA DO VEREDICTO DO CONSELHO DE SENTENÇA À PRETENSÃO REVISIONAL. JULGAMENTO DESSA AÇÃO AUTÔNOMA DE IMPUGNAÇÃO PELO TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU. CUMULAÇÃO DO “JUDICIUM RESCINDENS” COM O “JUDICIUM RESCISSORIUM”. POSSIBILIDADE. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

- O Tribunal de segunda instância, ao julgar a ação de revisão criminal, dispõe de competência plena para formular tanto o juízo rescindente (“judicium rescindens”), que viabiliza a desconstituição da autoridade da coisa julgada penal mediante invalidação da condenação criminal, quanto o juízo rescisório (“judicium rescissorium”), que legitima o reexame do mérito da causa e autoriza, até mesmo, quando for o caso, a prolação de provimento absolutório, ainda que se trate de decisão emanada do júri, pois a soberania do veredito do Conselho de Sentença, que representa garantia fundamental do acusado, não pode, ela própria, constituir paradoxal obstáculo à restauração da liberdade jurídica do condenado. Doutrina. Precedentes. (ARE 674151/MT - publicada no DJe de 18.10.2013. Ministro CELSO DE MELLO Relator.)

O diploma processual penal estabelece que “julgando procedente a revisão, o tribunal poderá alterar a classificação da infração, absolver o réu, modificar a pena ou anular o processo”(Art. 626,caput), sendo possível a decisão no sentido de absolvição também nos casos dolosos contra a vida de competência do Tribunal do Júri.

Pelo exposto, conclui-se que a Revisão Criminal sobre decisões com trânsito em julgado dos Tribunais do Júri não ofende o princípio da soberania dos vereditos, pois este se revela como garantia do indivíduo e não detém absoluta aplicabilidade, mais ainda em detrimento de petição revisional subsidiada com provas de ofensa à liberdade individual. Ademais, faz-se salutar a ratificação jurisprudencial quanto à possibilidade do juízo revisor em alterar a coisa julgada penal,

abrangendo o juízo rescindente e rescisório, garantindo-lhe a competência reformadora e absolutória ulterior a reanálise do mérito.

Portanto, entende ser cabível a ação de revisão criminal no Tribunal do Júri, pois não há violação a soberania dos veredictos, além disso, uma vez que o Tribunal Togado estiver convencido de que a sentença foi fundada por provas falsas, poderá absolver o acusado, sem submetê-lo a novo julgamento.

4 DA APELAÇÃO

O recurso de Apelação é cabível em decisões definitivas que julgam extinto o processo, com ou sem resolução do mérito, devolvendo ao Tribunal Superior com integralidade o conhecimento da matéria. Além disso, em regra, seu efeito é devolutivo, visto que devolve ao Tribunal Superior toda matéria para ser rediscutida (NUCCI 2015).

Nesse seguimento, o recurso de apelação permite ao juízo *ad quem* o reexame integral das questões suscitadas no juízo *a quo*, ressalvadas aquelas que já estejam preclusas. Desse modo, trata-se de um recurso amplo, pois permite que a parte devolva a instância superior o pleno conhecimento do feito (BRASILEIRO, 2018).

Assim entende Eugênio Pacelli:

(...) o efeito devolutivo da apelação é, como regra, o mais amplo possível, desde que assim demarcado no recurso: *tantum devolutum quantum appellatum*. No entanto, como a apelação pode ser interposta até mesmo por termo nos autos, bastará a manifestação da vontade de recorrer para que a devolução da matéria seja completa. Quando, ao contrário, a parte pretender impugnar apenas parte do julgado (art. 599, CPP), o efeito devolutivo se limitará àquela matéria impugnada (2018, p. 761)

Em matéria criminal, especificamente, no Tribunal do júri, o recurso de apelação não é cabível por qualquer motivo ou por inconformismo, pois somente é possível nos casos enumerados nas alíneas do inciso III do art. 593, haja vista que é necessário a preservação da soberania dos veredictos (NUCCI, 2015).

Em razão da natureza ampla do recurso de Apelação, a sentença impugnada pode ser substituída pela decisão prolatada no Tribunal Superior, exceto em reconhecimento de nulidade e nas decisões do tribunal do júri (BRASILEIRO, 2018).

Todavia, em regra, as apelações interpostas no Tribunal do Júri não detém efeito devolutivo amplo, dado que a parte deverá expor na interposição, pelo qual motivo que está recorrendo, constando expressa a alínea eleita do inciso III do art. 593 do Código de Processo Penal (NUCCI, 2015).

Ou seja, a fundamentação do recurso de apelação nas decisões do Júri é vinculada, restrito aos argumentos expostos na interposição do recurso, não devolvendo, portanto, ao Tribunal Superior o conhecimento plano da matéria.

Assim, dispõe a Súmula 713 do Supremo Tribunal Federal: “O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição” (BRASIL, 1988).

Nessa linha, se o apelante for omissivo e não indicar no momento da interposição do recurso, as alíneas que o fundamentam, representa simples irregularidade, não podendo ocorrer o cerceamento de defesa, tendo a possibilidade de sanar o vício das razões (BRASILEIRO, 2018).

No entanto, há quem defenda, que é facultado a parte a vontade de recorrer em caráter amplo, como entende o jurista Pacelli (2018):

(...) o efeito devolutivo da apelação é, como regra, o mais amplo possível, desde que assim demarcado no recurso: *tantum devolutum quantum appellatum*. No entanto, como a apelação pode ser interposta até mesmo por termo nos autos, bastará a manifestação da vontade de recorrer para que a devolução da matéria seja completa. Quando, ao contrário, a parte pretender impugnar apenas parte do julgado (art. 599, CPP), o efeito devolutivo se limitará àquela matéria impugnada (PACELLI, 2018, p. 761)

Além disso, o juízo *ad quem*, não poderá analisar o mérito da decisão impugnada, pois, violaria a soberania dos veredictos, dessa forma, só é possível o Tribunal Superior decidir quanto a admissibilidade do recurso (BRASILEIRO, 2018).

Como percebe-se, somente é admissível, a discussão do mesmo objeto que foi debate em plenário, dado que, não é possível inovação de matéria (NUCCI, 2015).

Contudo, é cabível o recurso de Apelação nas seguintes hipóteses, conforme prevê o art. 593 do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941):

Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias

I - das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular;

II - das decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular nos casos não previstos no Capítulo anterior;

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando:

a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia;

b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;

c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

§ 1º Se a sentença do juiz-presidente for contrária à lei expressa ou divergir das respostas dos jurados aos quesitos, o tribunal *ad quem* fará a devida retificação.

§ 2º Interposta a apelação com fundamento no nº III, c, deste artigo, o tribunal *ad quem*, se lhe der provimento, retificará a aplicação da pena ou da medida de segurança.

§ 3º Se a apelação se fundar no nº III, d, deste artigo, e o tribunal *ad quem* se convencer de que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, dar-lhe-á provimento para sujeitar o réu a novo julgamento; não se admite, porém, pelo mesmo motivo, segunda apelação.

§ 4º Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.

A Lei 11.689/2008 trouxe mudanças nesse aspecto pois, passou a ser passível de impugnação, por meio de apelação, as decisões de impronúncia e de absolvição sumária. O prazo para o cabimento do recurso é de cinco dias (NUCCI, 2015).

Cabe destacar que, a legitimidade é do Ministério Público, quando este for o Autor nas ações de natureza pública. Nesse sentido, é possível que o *Parquet* requeira a absolvição do réu, mas o Conselho de Sentença entenda pela condenação. Assim, o promotor poderá recorrer com fundamento da decisão ser manifestamente contrária a prova dos autos.

4.1 DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E A SOBERANIA DOS VEREDICTOS

O duplo grau de jurisdição e a soberania dos veredictos são princípios previstos no ordenamento jurídico brasileiro e coexistem harmonicamente. O primeiro, refere a possibilidade do reexame total da matéria de fato e de direito, de uma

decisão do juízo de primeiro grau, (*a quo*), na qual, é distribuída a um órgão diverso daquele que proferiu (BRASILEIRO, 2018).

Dispõe o art. 5.º, § 2.º, da CF que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988). Em consonância com o previsto no Capítulo III, do Título IV, da Constituição, que refere a estrutura do Poder Judiciário, nasce então, a possibilidade de Órgão superiores, a possibilidade de reanálise das decisões (NUCCI, 2015).

O duplo grau de jurisdição não consta previsão expressa na Constituição Federal, todavia, o Pacto São José da Costa Rica, desfruta o artigo 8º da Convenção Interamericana de Direitos do Homem a seguinte redação:

Artigo 8º - Garantias judiciais: Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas: h) direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior (PACTO SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 1969)

Desse modo, por meio de retificação da Convenção Interamericana pelo Brasil, o princípio do duplo grau de jurisdição tem sua aplicação no ordenamento jurídico.

Salienta-se que, o disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, na percepção de que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” (BRASIL, 1988), diz respeito ao cabimento dos recursos em qualquer processo, seja judiciário ou administrativo, sendo, portanto, um livre e pleno direito ao exercício da defesa (NUCCI, 2015).

O reexame da decisão não necessariamente deve ser realizado por órgão diferente ou de grau superior. Nas Palavras de Guandalini (2011), o princípio do duplo grau:

Consiste em estabelecer a possibilidade de a sentença definitiva ser reapreciada por órgão de jurisdição, normalmente de hierarquia superior à daquele que a proferiu, o que se faz de ordinário pela interposição de recurso. Não é necessário que o segundo julgamento

seja conferido a órgão diverso ou de categoria hierárquica superior à daquele que realizou o exame (VERSOZA apud GUANDALINI, 2011, p. 2).

Por outro lado, há juristas no qual entendem, que o duplo grau de jurisdição possui como principal objetivo a garantia de corrigir os erros cometidos por um juiz, haja vista que o ser humano não está imune de falhas (NERY JÚNIOR, 2004).

Ademais, há quem defenda que o princípio tem um cunho político, indo além das falhas humanas, conforme dispõe Laspro (1995).

(...) a principal razão da existência do duplo grau de jurisdição tem natureza política, na medida em que não se pode admitir uma atividade estatal que não seja fiscalizada. Essa necessidade, aliás, seria maior em um setor, como a magistratura, em que seus membros, na maior parte dos países, não são eleitos pelo povo, não sendo, portanto, representantes desse. Torna-se, assim, 23 imperioso que haja pelo menos um meio interno de controle das decisões (VERSOZA apud LASPRO, 1995, p. 103).

Em suma, o duplo grau de jurisdição é um elemento essencial para conformação de um processo judicial justo, em especial, no seu âmbito penal (SARLAT, 2013).

A soberania dos vereditos está elencada no art. 5.º, XXXVIII, c, da Constituição Federal. Nesse sentido, diferente do que ocorre nos processos de procedimento comum, a decisão do Conselho de Sentença, no Tribunal do Júri, deve ser mantida no que se refere ao mérito, portanto, nenhum órgão jurisdicional, composto por magistrados togados, poderá substituir os jurados (NUCCI, 2015).

Para o jurista Guilherme Nucci (2015), não existe princípios absolutos, pois há uma harmonização entre eles, desse modo, afirmar que a soberania dos veredictos deve ser resguardada, não significa o afastamento do duplo grau de jurisdição nas decisões do Tribunal do Júri.

Desse modo, o jurista defende que, como prevalece a harmonização dos princípios constitucionais, se caso o réu se sentir prejudicado poderá ingressar com o recurso cabível, e se este for provido, será determinado a realização de novo julgamento perante o Tribunal do Júri, respeitando, portanto, a soberania dos veredictos e o duplo grau de jurisdição.

4.2 A ABSOLVIÇÃO FUNDADA NO QUESITO GENÉRICO

A Lei 11.689/2008 incluiu a modificação do artigo 483, inciso III do CPP, em que, seu objetivo é a simplificação do quesito que tange sobre as teses de defesas. Assim, não sendo mais necessário, que o magistrado elabore quesitos de acordo com as teses levadas em plenário.

O quesito da absolvição genérica possui a seguinte redação “O jurado absolve o réu?”, este só é perguntado após a resposta afirmativa dos quesitos anteriores de materialidade do crime e a autoria/participação (BRASIL, 1941).

Parte da doutrina entende que este quesito só poderia ser formulado quando a defesa sustentasse teses diversas da inexistência do delito e negativa de autoria, pois como existe quesitos específicos que versam sobre materialidade e autoria, conclua-se que as teses já teriam sido recusadas se as respostas fossem afirmativas (BRASILEIRO, 2018).

Nessa linha, indaga Jardim (2015):

Ora, se a Defesa não apresenta nenhuma outra tese absolutória que não seja negar a autoria do fato e se os jurados respondem afirmativamente aos dois primeiros quesitos, qual é o sentido de indagar ao Conselho de Sentença se o réu deve ser absolvido, uma vez que já desacolhida a argumentação defensiva? (JARDIM, 2015, p. 15-16)

Entretanto, já é pacificado que o quesito absolutório genérico é obrigatório, independentemente se as teses levadas para plenário foram apreciadas pelos jurados no momento da votação dos dois primeiros quesitos (BRASILEIRO, 2018).

Dessa forma, incide a Súmula 156 do Supremo Tribunal Federal “É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.” (BRASIL, 1988).

Ademais, a modificação da lei, simplificou a elaboração das teses defensivas, incluindo em um único quesito, e por outro lado, proporciona ao réu ser absolvido por vontade popular, haja vista que, os jurados podem julgar além do fato, não sendo necessário justificar ao judiciário o seu veredito (NUCCI, 2011).

Há quem defenda, que a modificação legal possui como princípio a aproximação dos valores do Tribunal do Juri, na medida que, o Órgão é mais humanitário do que técnico, pelo fato de ser composto por pessoas leigas com aptidão para julgar crimes dolosos contra vida.

Nessa linha, compreende o jurista Tourinho Filho (2010):

Se por acaso o constituinte quisesse um julgamento técnico, por óbvio não teria instituído e mantido o Júri. Este compreende a sociedade em que vive. O Juiz togado, não. O togado compreende a lei e dela não pode afastar-se. Seu horizonte não ultrapassa as lidas da lei. Embora sabendo que teria a mesma conduta do réu, ficaria acorrentado, preso às provas dos autos, ao texto da lei, podendo inclusive, se ousar agir de outra maneira, responder por prevaricação (TOURINHO FILHO, 2010, p. 62)

Ocorre a absolvição, quando mais de três jurados responderem de forma afirmativa ao quesito absolutório. Todavia, se a resposta for negativa, tem como resultado a condenação, prosseguindo a votação quanto aos quesitos de diminuição de pena, qualificadoras ou aumento de pena (BRASILEIRO, 2018).

Nessa perspectiva, quando o réu é absolvido, não é possível identificar qual a tese que foi acolhida pelos jurados, pois após a Lei 11.689/2008, foram reunidas as teses absolutórias em um único quesito obrigatório, isso porque, o legislador, buscou-se evitar que os jurados fossem indagados sobre pontos técnicos.

Há controvérsias acerca da redação do quesito quando há existência de mais de uma tese defensiva sustentada em plenário, como por exemplo, quando é sustentada a legítima defesa, e subsidiariamente, a absolvição imprópria ante a inimputabilidade decorrente de doença mental (BRASILEIRO, 2018).

Neste caso, parte da doutrina defende que, seria importante saber o fundamento da absolvição, dado que a legítima defesa não gera medida de segurança, além disso, faz coisa julgada no cível, como diferentemente, ocorre na absolvição por inimputabilidade (BRASILEIRO, 2018).

Nessa linha, se caso ocorresse a individualização das teses defensivas, o Conselho de Sentença se manifestaria isoladamente sobre cada tese, permitindo ao acusador, reconhecer a improcedência da acusação, caso o réu fosse absolvido (BRASILEIRO, 2018).

Todavia, prevalece o entendimento que, mesmo havendo mais de uma tese defensiva, o quesito absolutório genérico, não deve ser individualizado, pois o próprio artigo 482 do CPP, estabelece que o Conselho de Sentença será questionado sobre a matéria de fato (BRASIL, 1941).

No que tange os efeitos cíveis, conforme o artigo 935 do Código Civil, a responsabilidade civil é independente da criminal, dessa forma, há casos em que

o réu pode ser absolvido criminalmente, mas responde pelos danos civis. Todavia, faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer as excludentes de ilicitude.

Entretanto, como não é possível identificar o fundamento da sentença absolutória no âmbito do tribunal do júri, em virtude do sigilo das votações, dar-se a concluir que eventual sentença faz coisa julgada na esfera cível.

De mais a mais, diversas controvérsias surgiram após a modificação do quesito absolutório, alguns autores entendem que a modificação proporcionou uma mudança grosseira no sistema do tribunal do júri, pois a nova redação do quesito gera contradição.

Assim, Gomes (2015) entende:

O guilty or not guilty “à brasileira” trouxe verdadeiras atrocidades jurídicas, dúvidas, lacunas, algo que põe em risco a merecida e necessária tutela do direito à vida, bem como à liberdade dos cidadãos, levando o Júri para o campo da decisão pela impressão, do tão criticado “achismo”, do horrendo Direito Penal do Autor, algo que não se pode, de forma alguma, admitir, impondo uma imediata mudança (GOMES, 2015, p. 66)

Porém, há quem defenda que a modificação ocasionou uma simplificação no julgamento, facilitando aos jurados um melhor entendimento quanto a votação. Segundo o jurista Rangel (2015), a alteração não trouxe nenhuma contradição quanto a possibilidade da absolvição do réu, mesmo com o reconhecimento de autoria e materialidade:

Decerto, não há que se falar em contradição se levar em consideração um princípio constitucional basilar do tribunal do júri e o sistema de provas que rege a instituição: a soberania dos veredictos e o sistema da íntima convicção, respectivamente. O júri absolve, de acordo com a nova sistemática de quesitação (art.483 CPP), pelo motivo que quiser e bem entender (...) (RANGEL, 2015, p. 249).

O quesito genérico desrespeito acerca da absolvição do réu e não sobre a condenação. Dessa forma, o direito penal do Autor deve ser afastado, pois violaria o direito fundamental a liberdade, e demais princípios constitucionais, como legalidade, presunção de inocência e devido processo legal (JARDIM, 2015).

Apesar da problemática após o advento da Lei nº 11.689/08, com uma parte de juristas nos quais entendem que, o quesito da absolvição genérica deveria ser formulado quando a defesa sustentasse teses diversas de inexistência do fato

delituoso e negativa de autoria, fica nítido que a mudança do quesito transforma o julgamento do Tribunal do Júri mais humano, longe das amarras legais e com a possibilidade de clemência ao acusado.

4.3 ABSOLVIÇÃO POR CLEMÊNCIA

Embora a absolvição por clemência não disponha de forma expressa em nosso ordenamento jurídico, muito se discute acerca da sua legitimidade. Como se sabe, o Júri é composto por um juiz presidente, e pelo Conselho de Sentença, no qual é formado por jurados leigos.

Dessa forma, como o Júri é formado por jurados leigos que pertencem a sociedade, a decisão proferida por eles não enseja, necessariamente, caráter técnico, razão pela qual, podem absolver o réu por diversos motivos, dentre eles, a clemência.

Nesse aspecto, aplica-se o princípio da íntima convicção dos jurados, no qual, é um sistema de provas adotado pelo Júri. Este princípio, permite ao Conselho de Sentença, decidirem conforme suas próprias convicções, não necessitando de fundamentação ou amparo legal. Ademais, o princípio é uma exceção no ordenamento jurídico brasileiro, e só é aplicado no âmbito do Tribunal do Juri.

Nesse sentido, entende o Tourinho Filho (2010, p.522):

De acordo com esse sistema, o Juiz não estava obrigado a exteriorizar as razões que o levaram a proferir a sentença; atribuía às provas o valor que em quisesse e entendesse, podendo, até, valer-se do conhecimento extra-autos, mesmo sem nenhuma prova nos autos; decidia de acordo com a sua íntima convicção, sem se deixar dominar pelo que havia no processo.

No entanto, com a mudança da Lei 11.689/2008 do quesito da absolvição genérica do artigo 483, §2º, do CPP, todas as teses arguidas em plenário passaram a ser concentradas em apenas um único quesito, “o jurado absolve o réu?” (BRASIL, 1941).

Acerca da ordem da quesitação prevista no artigo citado, em que se indaga sobre a materialidade do fato, a autoria ou participação e posteriormente se o acusado deve ser absolvido. Neste caso, existe jurisprudência no sentido que, a resposta

positiva aos três quesitos, é contrária aos autos, quando apenas existe uma tese defensiva, qual seja, a negativa de autoria.

Logo, quando a decisão for contrária à prova dos autos, é cabível o recurso de apelação, para o Tribunal Superior, conforme artigo 593, inciso III, alínea d, do Código de Processo Penal (BRASIL, 1941).

Nessa linha, o Supremo Tribunal Federal, julgou o Habeas Corpus, nº 146672 (BRASIL, 2019), em que não concedeu a ordem, e manteve a decisão do Tribunal Superior que ordenava novo júri sob a fundamentação que a decisão foi contrária a prova dos autos, pois o júri reconheceu a materialidade e autoria ou participação do acusado, mas absolveram, acolhendo a tese única de negativa de autoria:

HABEAS CORPUS. CRIME DE HOMICÍDIO TENTADO. ARTIGO 121, C/C 14, II, DO CÓDIGO PENAL. ABSOLVIÇÃO PELO CONSELHO DE SENTENÇA. DETERMINAÇÃO, EM SEDE DE APELAÇÃO, DE NOVO JÚRI. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ARTIGOS 593, III, 'D' E 483, §2º DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. QUESITO ABSOLUTÓRIO GENÉRICO. TESE DEFENSIVA ÚNICA. NEGATIVA DA AUTORIA. ABSOLVIÇÃO QUE, APÓS RECONHECIMENTO DA MATERIALIDADE DO CRIME E DA AUTORIA DO ACUSADO, REVELA-SE MANIFESTAMENTE CONTRADITÓRIA. POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO VISANDO À REALIZAÇÃO DE NOVO JÚRI. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. O Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, da CRFB/88) é conformado pelas balizas da plenitude de defesa, do sigilo das votações, da soberania dos veredictos e da competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, mercê de observar princípios constitucionais, como o contraditório e a proteção penal eficiente dos bens jurídicos fundamentais. 2. A Lei 11.689/2008 incluiu o quesito obrigatório e genérico de absolvição (art. 483, §2º, do CPP), de sorte que todas as teses defensivas arguidas em Plenário passaram a ser concentradas em uma única pergunta direcionada aos jurados, que as acolhem ou desacolhem sem indicação do motivo ou fundamentação conducente à absolvição ou condenação do acusado. 3. A ordem legal de quesitação prevista no art. 483 do CPP, em que se indaga sobre a materialidade do fato, a autoria ou participação e posteriormente se o acusado deve ser absolvido, impõe concluir que a resposta positiva a esses três quesitos mostra-se manifestamente contraditória quando a única tese defensiva seja a negativa de autoria. 4. In casu, reconhecida a materialidade do fato e a autoria do réu, sendo a negativa de autoria a única tese defensiva, a resposta positiva ao quesito genérico de absolvição enseja a possibilidade de interposição de apelação singular pelo Ministério Público, sob a alegação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, 'd', do CPP), cujo provimento implicará tão somente na realização de novo júri, sem que esse substitua a decisão do Conselho de Sentença. 5. Exsurge contraditória a decisão dos jurados que diverge da própria tese defensiva da negativa de autoria, desacompanhada de eventual causa excludente da ilicitude ou da culpabilidade do acusado, e absolve o réu quando anteriormente reconhecida sua autoria do delito de materialidade assentada. 6. A

exegese da lei ora conferida é harmônica com a possibilidade de absolvição por clemência dos jurados, mercê das limitações que o próprio sistema recursal prevê na interposição única de apelação sob esse fundamento (art. 593, § 3º, do CPP). 7. A soberania dos veredictos e a prerrogativa da íntima convicção são incapazes de tornar definitiva ou irrecorrível decisão absolutória arbitrária ou manifestamente contrária à prova dos autos, sob pena de violação à tutela penal eficiente de bens jurídicos relevantes; à higidez do sistema processual penal e ao princípio do duplo grau de jurisdição (artigo 8, nº 2, 'h', da Convenção Americana sobre Direitos Humanos). 8. Revela-se possível a interposição pela acusação de apelação em que se alega decisão manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, 'd', do CPP) quando, reconhecida a materialidade do crime e a autoria ou participação do acusado, e os jurados absolvem o réu acolhendo a tese defensiva única de negativa de autoria; situação em que o provimento do recurso implicará na determinação de novo júri, vedada a interposição de nova apelação sob o mesmo fundamento. 9. Habeas corpus não conhecido (Súmula 691/STF), excluída a hipótese de concessão da ordem de ofício, revogando-se a liminar concedida, para restaurar os efeitos da determinação de realização de novo julgamento pelo Júri.

Também é o entendimento doutrinário, no sentido que, sendo a negativa de autoria uma única tese defensiva, e a resposta ao quesito de absolvição genérica for positiva, dar-se ensejo ao cabimento do recurso de apelação, sob o fundamento de que essa decisão é manifestamente contrária à prova dos autos.

Todavia, no que tange a mudança do artigo 483 do CPP, que teve como objetivo a simplificação do julgamento, também possibilitou aos jurados, a absolvição por clemência.

Nesse sentido, por respeito ao sigilo das votações, não é possível identificar o motivo pelo qual, os jurados absolveram o réu, assim, como discernir se a decisão é contrária à prova dos autos, sendo que existe a possibilidade de absolvição por clemência.

Desse modo, encontra-se na jurisprudência e na doutrina o entendimento de não ser possível o cabimento do recurso de apelação nas decisões absolutórias, por razões da clemência não se caracterizar decisão contrária aos autos.

Ou seja, é uma decisão por livre convencimento dos jurados, assim, podem reconhecer a materialidade e autoria do crime, mas absolver por clemência, ou por qualquer outra razão que não, necessariamente, precisa estar vinculada ao processo.

Dessa forma, mesmo que o a única tese defensiva for de negativa de autoria, os jurados detêm a liberdade de reconhecer a autoria ou participação, mas entender pela absolvição por benevolência.

Assim, entendeu o Ministro Gilmar Mendes no julgamento do Habeas Corpus, nº 185.068 (BRASIL, 2020), sob o fundamento de que não há absolvição contrária à prova dos autos, se os jurados podem julgar de acordo com o seu livre convencimento, e sem a necessidade de motivação:

Habeas corpus. 2. Tribunal do Júri e soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, “c”, CF). Impugnabilidade de absolvição a partir de quesito genérico (art. 483, III, c/c §2º, CPP) por hipótese de decisão manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, “d”, CPP). Absolvição por clemência e soberania dos veredictos. 3. O Júri é uma instituição voltada a assegurar a participação cidadã na Justiça Criminal, o que se consagra constitucionalmente com o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, “c”, CF). Consequentemente, restringe-se o recurso cabível em face da decisão de mérito dos jurados, o que resta admissível somente na hipótese da alínea “d” do inc. III do art. 593 do CPP: “for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos”. Em caso de procedência de tal apelação, o Tribunal composto por juízes togados pode somente submeter o réu a novo julgamento por jurados. 4. Na reforma legislativa de 2008, alterou-se substancialmente o procedimento do júri, inclusive a sistemática de quesitação aos jurados. Inseriu-se um quesito genérico e obrigatório, em que se pergunta ao julgador leigo: “O jurado absolve o acusado?” (art. 483, III e §2º, CPP). Ou seja, o Júri pode absolver o réu sem qualquer especificação e sem necessidade de motivação. 5. Considerando o quesito genérico e a desnecessidade de motivação na decisão dos jurados, configura-se a possibilidade de absolvição por clemência, ou seja, mesmo em contrariedade manifesta à prova dos autos. Se ao responder o quesito genérico o jurado pode absolver o réu sem especificar os motivos, e, assim, por qualquer fundamento, não há absolvição com tal embasamento que possa ser considerada “manifestamente contrária à prova dos autos”. 6. Limitação ao recurso da acusação com base no art. 593, III, “d”, CPP, se a absolvição tiver como fundamento o quesito genérico (art. 483, III e §2º, CPP). Inexistência de violação à paridade de armas. Presunção de inocência como orientação da estrutura do processo penal. Inexistência de violação ao direito ao recurso (art. 8.2.h, CADH). Possibilidade de restrição do recurso acusatório. Ordem concedida, de ofício, para invalidar o acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça, restabelecendo-se, em consequência, a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, que absolveu a ora paciente com base no art. 483, III, do CPP.

Diante do exposto, conclua-se que a discussão enseja por um lado o duplo grau de jurisdição e aplicação do artigo 593 inciso III, alínea d, do CPP, e por outro lado, a soberania dos veredictos, o sigilo das votações, e a irrecorribilidade das decisões fundadas pelo quesito genérico.

No entanto, não há como afastar um dos princípios norteadores do Tribunal do júri, que é a livre convicção dos jurados, pois, neste caso, os jurados podem decidir de acordo com seu convencimento, sentimentos, emoções, virtudes etc. A ideologia do Júri, é afastar a legalidade e arbitrariedades do Estado, e transformá-lo um julgamento mais humano e democrático.

Deste modo, é plenamente possível que o réu seja absolvido por clemência, ou piedade, pelo princípio da íntima convicção dos jurados, sem qualquer vinculação a legalidade, bem como, não sendo possível a identificação da sua fundamentação pelo princípio do sigilo das votações, limitando-se, portanto, o cabimento do recurso de apelação.

4.4 A (IR)RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES ABSOLUTÓRIAS FUNDADAS NO QUESITO GENÉRICO

Segundo o artigo 593, inciso III, alínea d, do Código de Processo Penal, é cabível apelação em decisão do júri, quando esta for manifestamente contrária à prova dos autos. Entretanto, para que o recurso de apelação seja cabível, é necessário que a decisão seja absurdamente distorcida ao conjunto de provas presentes no processo (BRASILEIRO, 2018).

Assim, a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, é aquela que não está de acordo com o conjunto probatório, ou seja, que não está baseada em nenhum elemento de prova (BRASILEIRO, 2018).

Ocorre que, existe uma problemática discussão na doutrina e jurisprudência, quanto ao cabimento do recurso de apelação nas decisões fundadas pelo quesito absolutório genérico, pois neste caso, pode ocorrer a absolvição por clemência, mesmo os jurados reconhecendo a autoria e materialidade.

O jurista Renato Brasileiro (2018), utiliza como exemplo, um acusado confesso de homicídio, e na ocasião da votação dos quesitos, os jurados reconhecem a autoria do crime, mas o absolve. Entende que, como reconheceram a autoria do crime, não caberia a absolvição do réu, pois, há contradição ao conjunto probatório, em decorrência da confissão do crime.

Por outro lado, o Brasileiro (2015), compreende, não ser cabível o recurso de apelação, caso duas testemunhas ouvidas em juízo, reconhecessem o acusado como suposto autor do crime, e ao encontro disso, dois depoentes, confirmassem que o mesmo acusado estava em uma festa no momento exato do crime.

Pois, neste caso, eventual decisão, seja condenatória ou absolutória, não é considerado manifestamente contrária à prova dos autos, dado que, os jurados terão que aderir a uma das versões apresentadas.

No entendimento do jurista Guilherme Nucci (2015), a primeira questão pontuada, seria a preservação da soberania dos veredictos, pois não há como ter uma possível violação ao princípio norteador do Tribunal do Júri.

Na mesma linha, o Nucci (2008) defende que, o recurso de apelação em face da decisão do Tribunal do júri, não constitui, por si só, ofensa ao princípio da soberania dos veredictos, na medida em que, ocorre há harmonização com o princípio do duplo grau de jurisdição. Além disso, a soberania dos veredictos não tem caráter absoluto.

Com base nisso, afirma:

A isso, devemos acrescentar que os jurados, como seres humanos que são, podem errar e nada impede que o tribunal reveja a decisão, impondo a 2ª necessidade de se fazer um novo julgamento. Esta, sim torna-se soberana, porque essa hipótese de apelação só pode ser utilizada pela defesa uma única vez, conforme art. 593, § 3º do Código de Processo Penal (NUCCI, 2008, p. 889)

Conforme Oliveira e Fischer (2011), é provável que haja anulação da decisão do Conselho de Sentença por meio de interposição do recurso de apelação. Entendem que a soberania dos veredictos não deve ser compreendida como um poder de dissociar-se daquilo que está nos autos, ainda que, os jurados estejam com espírito de justiça em absolver o réu.

O Superior Tribunal de Justiça, provém de posicionamentos no mesmo sentido. No recente julgamento do Habeas Corpus nº 554.092 (BRASIL, 2019), em decisão monocrática, o relator, Ministro Joel Ilan Paciornik, fundamentou que a soberania dos veredictos não é absoluta, razão pela qual, deve ser compreendida como conjunto de princípios para busca da verdade real.

Compreendeu também que, em casos nos quais o Conselho de Sentença reconhece a autoria e materialidade do crime não comporta ao réu a absolvição, uma vez que, a decisão seria contraditória aos autos. Assim dispõe:

HABEAS CORPUS Nº 554.092 - SP (2019/0383700-4) DECISÃO (...)

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

O Tribunal de origem afirmou que o decidido pelo Tribunal do Júri estava em desarmonia com os elementos de prova carreados aos autos mediante a seguinte fundamentação:

Com efeito, ao responderem positivamente aos quesitos relativos à materialidade dos crimes e à autoria dos apelados, os Senhores Jurados acabaram por reconhecer que PAULO e FRANCISCO, agindo com dolo de matar, desferiram disparos de arma de fogo contra as vítimas, produzindo-lhes, em consequência, ferimentos diversos (fls. 4450/4459).

Apesar disso, em relação ao quesito que diz respeito à absolvição ("O jurado absolve o réu?"), também responderam positivamente, contrariando, com isso, a lógica, a razoabilidade e a prova dos autos, como sustentado pelo ilustre apelante.

A propósito, ninguém desconhece que é lícito ao Corpo de Júri optar por uma das versões, numa interpretação razoável da instrução.

Entretantes, deve o Conselho de Sentença sopesar a prova recolhida à luz da razoabilidade, com lógica, de modo a deduzir razoável interpretação dos fatos, e não decidindo de maneira absolutamente contraditória, como fez na hipótese vertente.

Não se perca de vista o precedente: "a soberania do Júri não se traduz no arbítrio irresponsável dos jurados. É certo que não fundamentam sua decisão. Mas esta deve se circunscrever à prova dos autos. Se avulta a prova em sentido contrário, força é concluir que a decisão contrariou a evidência e outra alternativa não há senão que novo julgamento se realize" (RT 609/323).

Nas circunstâncias, considerando que a tese única das Defesas foi a de negativa de autoria dos seus clientes, o veredicto não pode ser sustentado porque a decisão do Tribunal do Júri veio a ser exercida sem disciplina intelectual, afigurando-se contrária à prova produzida. E voltando à hipótese sub judice, parece claro que o Conselho de Sentença, ao absolver sem justificativa alguma discernível, lançou mão de entendimento que se apartou da prova. O Corpo do Júri tem o dever de sopesar a prova à luz da razoabilidade, lógica, procedendo, destarte, razoável interpretação dos fatos, coisa que inexistiu na hipótese vertente.

Nesse sentido: "(...) 2. As decisões proferidas pelo conselho de sentença não são irrecorríveis ou imutáveis, podendo o Tribunal ad quem, nos termos do art. 593, III, d, do CPP, quando verificar a existência de decisão manifestamente contrária às provas dos autos, cassar a decisão proferida, uma única vez, determinando a realização de novo julgamento, sendo vedada, todavia, a análise do mérito da demanda.

3. A absolvição do réu pelos jurados, com base no art. 483, III, do CPP, ainda que por clemência, não constitui decisão absoluta e irrevogável, podendo o Tribunal cassar tal decisão quando ficar demonstrada a total dissociação da conclusão dos jurados com

as provas apresentadas em plenário. Assim, resta plenamente possível o controle excepcional da decisão absolutória do Júri, com o fim de evitar arbitrariedades e em observância ao duplo grau de jurisdição.

Entender em sentido contrário exigiria a aceitação de que o conselho de sentença disporia de poder absoluto e peremptório quanto à absolvição do acusado, o que, ao meu ver não foi o objetivo do legislador ao introduzir a obrigatoriedade do quesito absolutório genérico, previsto no art. 483, III, do CPP." (STJ, HABEAS CORPUS Nº 313.251 RJ, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Julg. em 28/2/2018).

De fato, apesar da "soberania dos veredictos" encontrar guarida constitucional (artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal), deve sempre existir uma conformidade mínima entre a decisão dos jurados e a prova existente (TJSP, Apelação nº 3006136-25.2013.8.26.0157, Rel. Des. Ivana David, julg. em 14/11/2017), o que não ocorre.

A este teor, sugere-se a anulação do julgamento, pelo mérito, na forma pretendida pelo Ministério Público, para que a outro sejam submetidos os réus. Nesse sentido, colhem-se os precedentes seguintes: Apelação nº 90000453820128260224, voto nº 31439, e Apelação nº 0000465-15.2016.8.26.0142, voto nº 41907 (fls. 48/55).

O Princípio da Soberania dos Vereditos do Tribunal do Júri não é absoluto, devendo ser entendido em conjunto com a busca da verdade real e o duplo grau de jurisdição, que inspiram a regra contida no art. 593, inciso III, alínea d, do Código de Processo Penal.

A possibilidade de recurso ao Tribunal de Justiça quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária a prova dos autos, bem como a fundamentada decisão pela anulação do julgamento em primeira instância é, há muito, de reconhecida constitucionalidade.

No caso em análise, como visto, o Tribunal de origem afirmou que a conduta do paciente não comportaria a absolvição operada pelo conselho de sentença, uma vez que foi respondida positivamente os quesitos relacionados à autoria e materialidade do delito.

Com efeito, afastar as conclusões do Tribunal de origem sobre a contrariedade do julgado com a prova dos autos demandaria, necessariamente, rever todos os elementos de prova carreados nos autos do processo crime, procedimento vedado na via estreita do habeas corpus.

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração. (grifo nosso)

Nesse seguimento, o Ministro Sebastião Reis Júnior, em decisão monocrática do julgamento do Agravo em Recurso Especial nº 1.401.934 (BRASIL, 2018), argumenta que, as decisões do Conselho de Sentença, não são irreversíveis e imutáveis, ainda que o réu seja absolvido pelo quesito genérico. Ademais, que a absolvição por clemência não destoia o entendimento jurisprudencial pacífico da Corte.

Complementa ainda que, o Código de Processo Penal em seu artigo 593, § 3º, assegura ao Tribunal de Apelação o reexame, por única vez, a recorribilidade da

decisão do Conselho de Sentença, sendo assim, mesmo que a sentença seja pela absolvição por clemência, essa não pode ser definitiva no primeiro julgamento.

Conclui que, a Corte Superior possui entendimento firmado referente ao não afrontamento da soberania dos veredictos quando a decisão se mostrar distorcida aos autos, pois a alteração do artigo. 483, III, do CPP não derogou o artigo 593, III, d, do CPP (BRASIL, 1941).

Assim desfruta:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JÚRI. VEREDICTO ABSOLUTÓRIO. ANULAÇÃO. ARESTO IMPUGNADO QUE CONCLUIU QUE A DECISÃO É CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. ENTENDIMENTO QUE NÃO AFRONTA O PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. TESE FIRMADA PELA TERCEIRA SEÇÃO AO JULGAR OS HC N. 313.251 E HC N. 323.409. REEXAME ACERCA DA CONFORMIDADE DA DECISÃO COM A PROVA DOS AUTOS. REEXAME ACERCA DA CONFORMIDADE DA DECISÃO COM A PROVA DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. Agravo conhecido para conhecer parcialmente do recurso especial e, na extensão conhecida, negar-lhe provimento.

Presentes os requisitos de admissibilidade do agravo, passo ao exame das razões do especial. O entendimento adotado pela Corte de origem, no sentido de anular o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, por entendê-lo manifestamente contrário às provas dos autos, ainda que o réu tenha sido absolvido por resposta afirmativa ao quesito absolutório genérico, não destoia da jurisprudência mansa e pacífica desta Corte. Ora, o Código de Processo Penal, em seu art. 593, § 3º, garante ao Tribunal de Apelação o exame, por única vez, de conformidade mínima da decisão dos jurados com a prova dos autos. **Assim, não configura desrespeito ou afronta à soberania dos veredictos o acórdão que, apreciando recurso de apelação, conclui pela completa dissociação do resultado do julgamento pelo Júri com o conjunto probatório produzido durante a instrução processual, de maneira fundamentada. Dessa forma, embora seja possível até a absolvição por clemência, isso não pode se dar em um primeiro julgamento, sem possibilidade de reexame pelo tribunal, que pode considerar, sim, que a decisão é manifestamente contrária à prova dos autos e submeter ao réu em um segundo julgamento (REsp n. 1.451.720/SP, Relator p/ acórdão Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 24/6/2015).** A Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça dispôs que "o grau de liberdade conferido ao processo de formação cognitiva e intelectual dos Jurados não será legitimado, quando seguir totalmente alheio à reprodução fática apresentada por meio da instrução probatória, sob pena de se sucumbir, em um ou outro caso, às próprias armadilhas da positividade. **Vale dizer, uma vez acobertado pelo manto da soberania dos veredictos, da íntima convicção e do sigilo das votações, possibilitaria-se distorções e injustiças em decisões tendenciosas ou viciadas pelos mais diversos motivos. (...) É certo que os jurados votam o questionário de modo soberano, de acordo com a sua própria consciência e na avaliação**

(inter)subjetiva que fazem dos debates e das provas que lhe são apresentadas. Todavia, a licitude da decisão deve se filiar a algumas das versões apresentadas e que reflitam, em si, uma interpretação plausível dos fatos a partir de critérios racionais."

1. Considerando que o acórdão recorrido está amparado no acervo fático-probatório dos autos, mostra-se inviável a modificação do decisum por este Tribunal Superior em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. [...] (AgRg no AREsp n. 134.613/DF, Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 11/9/2012) Ante o exposto, com fulcro nos arts. 932 do Código de Processo Civil e arts. 34, XVIII, e 253, parágrafo único, II, a e c, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 17 de dezembro de 2018.
Ministro Sebastião Reis Júnior Relator. (grifo nosso)

No julgamento do Habeas Corpus nº 426.778 (BRASIL, 2018), em decisão monocrática, o Ministro Sebastião Reis, denegou a ordem, e concedeu ao réu novo julgamento perante o Tribunal do Júri, pois defendeu que a decisão dos jurados era manifestamente contrária à prova dos autos. Segundo o Ministro, para prevalecer a decisão de absolvição por clemência, o Conselho de Sentença terá que absolver duas vezes.

HABEAS CORPUS Nº 426.778 - GO (2017/0309168-0) Trata-se de habeas corpus impetrado em favor de Julia Caroline Teodora da Cruz, no qual os advogados Rodrigo Ribeiro de Souza e Andrei Aparecido Ribeiro de Souza Barbosa apontam como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Goiás, ante o julgamento da Apelação n. 257250-55.2013.8.09.0024.

Conforme os autos, a paciente e Welington Rodrigues Gundim foram pronunciados como incursores, respectivamente, nas penas do art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 29, caput, do Código Penal e do art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal (Processo n. 257250-55.2013.8.09.0024, Autos n. 0001297/2013).

Submetidos a julgamento, houve a prolação de sentença, julgando parcialmente procedente a pretensão deduzida na denúncia para condenar o réu e absolver a ora paciente, apesar de o Tribunal do Júri responder positivamente aos quesitos da materialidade e da participação.

O representante ministerial e Welington recorreram. O primeiro indicando ser a absolvição de Julia manifestamente contrária à prova dos autos e equivocada a reprimenda imposta ao apelado. O segundo apelo indicando ser, relativamente às qualificadoras, a decisão dos jurados contrária à prova dos autos, razão para a cassação do pronunciamento leigo e a renovação do julgamento popular.

A Terceira Turma da Segunda Câmara Criminal, por maioria, conheceu dos apelos, deu provimento parcial ao primeiro recurso e negou provimento ao segundo, conforme esta ementa, no que ora interessa (fls. 1.283/1.285):

(...)É o relatório.

Como bem destacado pelo parecerista à fl. 1.294, na hipótese em apreço, verifica-se às fls. 989/991 que a Juíza Presidente do Tribunal do Júri procedeu a esclarecimentos minuciosos sobre o sentido de cada um dos quesitos formulados e as relações dos mesmos entre si, bem como falou que estava inteiramente à disposição dos senhores

jurados para esclarecimentos e informes permitidos, realizando-se a votação, com observância das normas previstas nos artigos 486 e 491 do CPP, restando consignado que:

MATERIALIDADE 1) No dia 21/06/2013, por volta das 16h30m, atrás do Colégio Goyaz, na Ru a D-15, Setor Bandeirantes, nesta cidade, EDUARDO VOLPATTO ROMANO sogreu os ferimentos descritos no laudo cadavérico que acarretaram a sua morte? A maioria respondeu SIM.

AUTORIA 2) Terceira pessoa desferiu disparos de arma de fogo que produziu as lesões anteriormente descritas? A maioria respondeu SIM.

PARTICIPAÇÃO 3) A acusada JULIA CAROLINE TEODORA DA CRUZ concorreu para o crime, acompanhando terceira pessoa, em uma motocicleta, até o local em que estava a vítima EDUARDO VOLPATTO ROMANO, conduzindo a motocicleta após a prática delitiva, viabilizando a fuga? A maioria respondeu SIM.

ABSOLVIÇÃO 4) O jurado absolve a acusada JULIA CAROLINE TEODORA DA CRUZ? A maioria respondeu SIM.[&.]

Nesse contexto, a Corte local concluiu que deve ser cassado o pronunciamento leigo e renovada a sessão deliberativa. Para o Tribunal estadual, o veredicto absolutório proferido pelos jurados foi contrário à prova dos autos, pois, após responderem afirmativamente aos quesitos da materialidade delitiva e da participação da processada na execução, acompanhando o autor dos disparos de arma de fogo até o local do crime e, conduzindo motocicleta, propiciou-lhe a fuga, em compasso com a prova produzida durante a instrução processual [...] (fl. 1.273).

Segundo o Parquet Federal, não há outra conclusão a se chegar senão a de que os jurados, mesmo reconhecendo a materialidade e participação da ora paciente no crime, conscientemente, e lastreados em seu próprio senso de justiça, optaram por absolver a acusada (fl. 1.294).

Sucede, no entanto, que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar os HC n. 313.251 e 323.409, na sessão de 28/2/2018, chegou à conclusão de que, nessas situações, pode o Tribunal anular o Júri por ser a decisão contrária a prova dos autos, negando a possibilidade de se aplicar clemência.

(HC n. 323.409/RJ, Relator p/ o acórdão Ministro Felix Fischer, Terceira Seção, DJe 8/3/2018) Como bem esclarecido pelo Ministro Nefi Cordeiro na oportunidade, [...] jurado é juiz e não pode absolver fora das hipóteses legais. **O que se fez com a reforma pontual do Código de Processo Penal foi simplesmente simplificar a quesitação dos jurados, não criar poderes aos jurados. Quando impede a lei processual, agasalhando a soberania do Júri a reforma do segundo julgamento, tem-se apenas uma hipótese de limitação em favor da soberania do Júri, mas isto na segunda ocasião do julgamento. Não há ampliação dos poderes. Juiz não pode absolver fora das hipóteses legais e jurado é juiz.**

Quer dizer, para prevalecer a decisão absolutória por clemência, o Júri terá que absolver duas vezes (já que só pode haver um recurso do Ministério Público pelo mesmo fundamento).

Assim, considerando a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão, denego a ordem (art. 34, XX, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2018.

Ministro Sebastião Reis Júnior Relator (Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, 17/10/2018) (grifo nosso).

Cabe destacar que, as decisões monocráticas do Superior Tribunal de Justiça, zela do mesmo posicionamento, pois, tenha-se como arrimo, o julgamento do

Habeas Corpus, nº 313.251, da Terceira Turma, (BRASIL, 2018), em que pacificou o entendimento da Corte Superior, no sentido de que, não configura violação ao princípio da soberania dos veredictos o acórdão que, ao julgar recurso de apelação, entender pela contrariedade da decisão do Júri perante o conjunto probatório produzido no processo.

Dessa forma, conforme o entendimento pacificado, ainda que a decisão seja fundada pelo quesito absolutório genérico, na qual, os jurados desfrutam da possibilidade de absolver por foro íntimo, como clemência e piedade, é possível o Tribunal ad quem, analisar o recurso de apelação e cassar a decisão se esta for contrária à prova dos autos.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento diverso quanto o cabimento do recurso de apelação, não sendo diferente por parte da doutrina. Para o jurista Tourinho Filho (2006), não é possível a recorribilidade nos casos de absolvição pelo quesito genérico, haja vista que a decisão do Conselho de Sentença é soberana.

Ademais, caso ocorra a condenação do réu, a decisão não comporta prejuízo, na medida que, existe a possibilidade do ajuizamento da revisão criminal. Acrescenta ainda que, o recurso seria de exclusivo da defesa, caso o veredito fosse a condenação, em face da posição repudiante do júri.

Na mesma linha seguem o posicionamento de Segundo e Santiago:

Afirmam: O referido recurso seria, pois, de uso exclusivo da defesa, assim como a revisão criminal e os embargos infringentes e de nulidade, por não poder subsistir, ante o plexo de direitos de liberdade existentes, uma condenação sem provas (SEGUNDO; SANTIAGO, 2015, p. 10).

Dessa forma, compreendem que não cabe ao Ministério Público recorrer da sentença absolutória tendo como sustentação o artigo 593, III, d do CPP, dado que a íntima convicção rege o julgamento do tribunal do júri, sem vínculo com teses específicas, logo, não é possível que seja contrária a prova dos autos (SEGUNDO; SANTIAGO, 2015).

Acrescenta ainda que, só seria possível a renúncia da soberania dos veredictos e a íntima convicção dos jurados em proveito dos direitos fundamentais do réu, como uma forma de resguardar o jus libertatis. Nesse sentido, o recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, transforma o veredicto em

condenatório, haja vista que estaria convencendo o Conselho de Sentença que o réu teria que ser condenado ao invés de absolvido (SEGUNDO; SANTIAGO, 2015).

Isto posto, após a alteração do artigo 483, III, do CPP, com a inclusão do quesito absolutório genérico, proporcionou uma discussão problemática quanto a aplicação ou não do artigo 593, III, do CPP, nesse sentido, provocou inúmeros recursos perante o Supremo Tribunal Federal. A Suprema Corte já se posicionou em ambos os sentidos, entendendo pela recorribilidade e irrecorribilidade da decisão.

Todavia, nos julgados mais recentes, a Suprema Corte, provém estabelecendo quanto a irrecorribilidade da decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando esta for pelo quesito de absolvição genérica, isso porque, entende que a apreciação do recurso, fera o veredicto do júri, frustrando, portanto, a soberania dos veredictos.

Nesse contexto, em 29/09/2020 a Primeira Turma do STF julgou o Habeas Corpus 178.777, pela maioria, concedeu a ordem e restabeleceu a sentença de absolvição do Júri. Conforme segue:

JÚRI – ABSOLVIÇÃO. A absolvição do réu, ante resposta a quesito específico, independe de elementos probatórios ou de tese veiculada pela defesa, considerada a livre convicção dos jurados – artigo 483, § 2º, do Código de Processo Penal.

A Turma, por maioria, deferiu a ordem de habeas corpus, para reestabelecer a decisão absolutória, ante pronunciamento do Conselho de Sentença, formalizado no processo nº 0447.16.001025-5, do Juízo da Comarca de Nova Era/MG, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Falou o Dr. Flávio Aurélio Wanderck Filho, Defensor Público. Presidência da Ministra Rosa Weber. Primeira Turma, 29.9.2020.

O Relator Ministro Marco Aurélio (BRASIL, 2020), votou no sentido de que, os jurados podem absolver por livre convicção, independentemente das teses veiculadas nos autos, podendo utilizar-se de elementos antijurídicos e extraprocessuais.

Além disso, que o quesito deve ser obrigatoriamente perguntado aos jurados, independentemente das teses levadas em plenário, bem como, a resposta afirmativa deste, não provoca a nulidade da decisão.

Em seu voto, o Ministro Dias Toffoli (BRASIL, 2020), argumenta que a Constituição tem que ser cumprida, com isso, deve ser respeitada a soberania dos veredictos, independentemente se a decisão for condenatória ou absolutória, além disso, que conceder o réu a um novo júri, é o mesmo de requerer a sua condenação.

No julgamento do HC 178.856, a Segunda Turma da r. Corte, o Ministro Celso de Mello (BRASIL, 2020), entende não ser cabível recurso de apelação pelo órgão da acusação, pois os jurados podem absolver por clemência ou equidade, e por respeito ao sigilo das votações torna as circunstâncias inviáveis para o controle recursal, haja vista não ser possível identificar se a decisão contrária os autos.

“Habeas corpus” – tribunal do júri – quesito genérico de absolvição (cpp, art. 483, iii, c/c o respectivo § 2º) – possibilidade de os fundamentos adotados pelos jurados extrapolarem os próprios limites da razão jurídica – consequente legitimidade do juízo absolutório, pelo conselho de sentença, fundado em razões de clemência, de equidade ou de caráter humanitário – sistema de íntima convicção dos jurados – garantia constitucional de respeito ao sigilo das votações – interposição, pelo ministério público, do recurso de apelação previsto no art. 593, inciso iii, alínea “ d”, do cpp – descabimento – respeito ao princípio constitucional da soberania do veredicto dos jurados – doutrina – jurisprudência (hc 117.076/pr , rel. Min. Celso de mello – hc 143.595-mc/sp, rel. Min. Marco aurélio – hc 185.068-mc/sp, rel. Min. Celso de mello – re 982.162/sp, rel. Min. Gilmar mendes – rhc 168.796-mc/sp, rel. Min. Edson fachin) – “habeas corpus” concedido de ofício. Ministro Celso de Mello (BRASIL, 2020).

Além disso, compreende que após a reforma do artigo 483, III, do CPP, é inviável o cabimento do recurso de apelação conforme demanda o artigo 593, III do CPP, pois a íntima convicção dos jurados enseja incompatibilidade com o termo manifestamente contrária a prova dos autos. Segundo o Ministro, o livre convencimento dos jurados não os obriga a decidirem conforme o conjunto probatório do processo. Assim acrescenta:

O controle judicial, em sede recursal (CPP, art. 593, III, “ d”), das decisões absolutórias proferidas pelo Tribunal do Júri com suporte no art. 483, III e § 2º, do CPP, quer pelo fato, juridicamente relevante, de que os fundamentos efetivamente acolhidos pelo Conselho de Sentença para absolver o réu (CPP, art. 483, III) permanecem desconhecidos (em razão da cláusula constitucional do sigilo das votações prevista no art. 5º, XXXVIII, “ b”, da Constituição), quer pelo fato, não menos importante, de que a motivação adotada pelos jurados pode extrapolar os próprios limites da razão jurídica. Ministro Celso de Mello (BRASIL, 2020)

O Ministro Gilmar Mendes (BRASIL, 2020), em seu voto, argumenta que, ao responder o quesito genérico os jurados podem sem especificar os motivos, e sem qualquer fundamentação, absolver o réu, assim, não há embasamento para considerar que tal decisão é contrária a prova dos autos.

Além disso, argumenta que não fere o princípio do contraditório e a paridade de armas a inviabilidade do recurso de apelação, pois o recurso vai de encontro com a própria Constituição Federal, haja vista que, está previsto expressamente a soberania dos veredictos e a possibilidade de absolvição por quaisquer motivos.

Acrescenta também, que não há desrespeito ao princípio do duplo grau de jurisdição e do direito ao recurso, haja vista que conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos na interpretação dispositivo 8, a recorribilidade é assegurada a toda pessoa que seja “condenada”, pois “a condenação é a manifestação do exercício do poder punitivo do Estado”. Logo, o direito ao recurso, conforme o que demanda a compreensão da Constituição Federal é exercido pela defesa.

Assim conclui:

Cumprе ressaltar que não há aqui qualquer favorecimento à impunidade de crimes graves. Na verdade, por um lado, trata-se de opção constitucional pela soberania dos veredictos. Por outro, de opção do legislador infraconstitucional pela estruturação no CPP de um sistema de julgamento por jurados sem qualquer necessidade de motivação da decisão tomada pelos leigos. Sem dúvidas, isso pode ser alterado pelo legislador, o que é inclusive sugerido pela doutrina (ver, por ex.: MASCARENHAS NARDELLI, Marcella. A prova no tribunal do Júri. Uma abordagem racionalista. Lumen Juris, 2019). Contudo, diante do regramento normativo hoje existente, não se pode negar a possibilidade de absolvição por clemência, o que esvazia a hipótese recursal da acusação por absolvição fundamentada no quesito genérico. Ministro Gilmar Mendes (BRASIL, 2020) (grifo nosso).

No julgamento do Habeas Corpus, nº 176.933, (BRASIL, 2020), a Segunda Turma por unanimidade deferiu o pedido e invalidou o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado restabelecendo-se a sentença de absolvição do Júri.

Habeas corpus. 2. Tribunal do Júri e soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, “c”, CF). Impugnabilidade de absolvição a partir de quesito genérico (art. 483, III, c/c §2º, CPP) por hipótese de decisão manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, “d”, CPP). Absolvição por clemência e soberania dos veredictos. 3. O Júri é uma instituição voltada a assegurar a participação cidadã na Justiça Criminal, o que se consagra constitucionalmente com o princípio da

soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, “c”, CF). Consequentemente, restringe-se o recurso cabível em face da decisão de mérito dos jurados, o que resta admissível somente na hipótese da alínea “d” do inc. III do art. 593 do CPP: “for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos”. Em caso de procedência de tal apelação, o Tribunal composto por juízes togados pode somente submeter o réu a novo julgamento por jurados. 4. Na reforma legislativa de 2008, alterou-se substancialmente o procedimento do júri, inclusive a sistemática de quesitação aos jurados. Inseriu-se um quesito genérico e obrigatório, em que se pergunta ao julgador leigo: “O jurado absolve o acusado?” (art. 483, III e §2º, CPP). Ou seja, o Júri pode absolver o réu sem qualquer especificação e sem necessidade de motivação. 5. **Considerando o quesito genérico e a desnecessidade de motivação na decisão dos jurados, configura-se a possibilidade de absolvição por clemência, ou seja, mesmo em contrariedade manifesta à prova dos autos. Se ao responder o quesito genérico o jurado pode absolver o réu sem especificar os motivos, e, assim, por qualquer fundamento, não há absolvição com tal embasamento que possa ser considerada “manifestamente contrária à prova dos autos”.** 6. Limitação ao recurso da acusação com base no art. 593, III, “d”, CPP, se a absolvição tiver como fundamento o quesito genérico (art. 483, III e §2º, CPP). Inexistência de violação à paridade de armas. Presunção de inocência como orientação da estrutura do processo penal. Inexistência de violação ao direito ao recurso (art. 8.2.h, CADH). Possibilidade de restrição do recurso acusatório. Ordem concedida para invalidar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado, restabelecendo-se, em consequência, a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, que absolveu a ora paciente com base no art. 483, III, do CPP. (grifo nosso).

O Ministro Edson Fachin (BRASIL, 2020), em seu voto, argumenta que se é permitido ao júri absolver por critérios extralegais, qual o juízo teria o Tribunal de Apelação a fazer, pois, ele entende que, o Júri é livre para decidir conforme até em parâmetros morais, então, não é possível identificar o posicionamento normativo por ele feito.

Acrescenta ainda que, para o possível cabimento do recurso nas decisões do Conselho de Sentença, seria preciso que a causa da absolvição, o motivo e o fundamento, fosse determinável, assim, identificando se é manifestamente contrária a prova dos autos.

Dessa forma, o Ministro sustenta que, o Ministério Público quando interpõe o recurso de apelação, este precisa fundamentar-se o porquê a decisão é distorcida dos autos, e como não é possível identificar as fundamentações da decisão absolutória, não compete ao Tribunal Superior demonstrar as hipóteses do cabimento, pois fere a soberania dos veredictos (BRASIL, 2020).

Observa-se que o Supremo Tribunal Federal por meio de suas turmas, segue do mesmo posicionamento, no sentido de que, a decisão de absolvição pelo quesito

genérico, não enseja contrariedade aos autos, na medida em que os jurados possuem liberdade para decidirem conforme sua convicção. Além disso, em respeito ao sigilo das votações, não é possível identificar a fundamentação do veredicto.

Outrossim, pouco importa se a defesa sustenta apenas a tese de negativa de autoria, dado que, o júri pode reconhecer a autoria e absolver o réu. Nesse contexto, não caracteriza decisão distorcida dos autos, quando for proveniente do quesito absolutório genérico, pois a decisão do júri é soberana seja ela, condenatório ou absolutória.

Isto posto, vale ressaltar que, o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça são Órgãos do Poder Judiciário que possuem autonomia, no qual, detém independência para diferir acerca de quaisquer assuntos, bem como, do cabimento do recurso de apelação nos termos do artigo 593, III, alínea a, do Código de Processo Penal.

Todavia, vale ressaltar que, as decisões que divergentes sobre o mesmo tema resultam em insegurança jurídica para o ordenamento pátrio. Dessa forma, causando uma demanda recursal superior que o devido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o intuito do legislador com a inovação advinda da Lei 11.689/2008, introduzindo o quesito absolutório genérico no artigo 483 do CPP, foi conceder aos jurados uma votação de compreensão mais simples, incluindo em um só quesito, todas as teses defensivas.

Além disso, evitando, que os jurados fossem indagados a questões técnicas. Nesse sentido, com a nova interpretação do artigo, os jurados não estão vinculados as provas apresentadas nos autos, pois têm a liberdade de absolver de acordo com a sua íntima convicção.

Desse modo, o legislador reaproxima o Instituto do Tribunal do Júri com a sua razão de ser, na medida em que, possibilitou um julgamento menos tecnicista e mais humanitário, pois com a inclusão do quesito genérico, o réu pode ser absolvido por clemência ou por qualquer motivo de foro íntimo.

Na perspectiva da Constituição Federal, as decisões do Júri são soberanas, pois são resguardadas pelo princípio da soberania dos veredictos. O termo “soberania” advém do latim *superanus*, e designa aquele que exerce o poder supremo, que exprime grandeza extraordinária.

Nesse sentido, se as decisões do Conselho de Sentença são soberanas, pela sua própria imensidão a luz da interpretação Constitucional, seria inviável qualquer modificação da decisão popular, seja para cassá-la ou alterá-la.

Além disso, o Tribunal do Júri é considerado Cláusula Pétrea, pois, está no rol de Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Federal, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir, por conseguinte, a soberania dos veredictos não pode ser mitigada.

Desse modo, ainda que, não seja possível discernir a dimensão da soberania dos vereditos entendido na concepção do legislador, esta deve ser respeitada ao ponto de uma norma infraconstitucional não ter a competência de reduzir a sua aplicabilidade

Em razão disso, pelo fato da mudança do artigo 483 do Código de Processo Penal, não especificar as possibilidades de apelação nas decisões de absolvição

oriundas do quesito genérico, não significa que são recorríveis nos termos do artigo 593, alínea d, do CPP.

Ademais, quando refere ao Tribunal do Júri, não só o princípio da soberania dos veredictos que merece completude, mas também, o sigilo das votações a plenitude de defesa e o direito à liberdade, todos detém um peso significativo para um julgamento mais justo e humanitário.

Logo, é necessário que ocorra toda uma compreensão e análise dos pesos e hierarquia das normas, pois, embora não seja o que a Constituição Federal defende, existe um costume estatal de punição e legalismo.

À vista disso, a recorribilidade das decisões do Júri fundadas no quesito absolutório genérico, fere não só as normas constitucionais, mas a sua própria essência, pois estaria ocorrendo a modificação da vontade do povo, além de prejudicar o acusado, sendo ele absolvido por clemência e podendo ser condenado em novo julgamento, desrespeitando, portanto, o propósito da garantia Constitucional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ricardo Vital. **O Júri no Brasil**. Ed. Edjur. Minas Gerais, 2005.

ALMEIDA, Vitor Luís de. **A apreciação judicial da prova nos sistemas de valoração**. Em: Jurisprudência mineira, Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, v. 65, n. 208, 2014.

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BANDEIRA, Marcos. **Tribunal do júri: de conformidade com a Lei n. 11.689, de 09 de junho de 2008 e com a ordem constitucional**. Ilhéus : Editus, 2010.

BONFIM, Edilson Mougén. **O novo procedimento do júri: comentários à lei n. 11.689/2008**, São Paulo: Saraiva, 2009.

_____, Edilson Mougén. **Júri: do inquérito ao plenário**. 5. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

BRASIL, **Código de Processo Penal**, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em 07 de nov. 2021.

BRASIL, **Lei nº 263**, de 23 de fevereiro de 1948. Modifica a competência do Tribunal do Júri e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1948.

_____. Constituição, 1988. **Constituição Da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2019.

_____, Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus, nº 313251, Relator(a): Min. Joel Ilan Paciornik, 2018. Disponível em > [https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27HC%27.clap.+e+@num=%27313251%27\)+ou+\(%27HC%27+adj+%27313251%27.suce.\)\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27HC%27.clap.+e+@num=%27313251%27)+ou+(%27HC%27+adj+%27313251%27.suce.))&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)< Acesso em 07 de outubro de 2021.

_____, Superior Tribunal de Justiça, Agravo em Recurso Especial, nº 1.401.934, Relator(a): Min. Sebastião Reis Júnior, 2018. Disponível em > https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=91088750&tipo_documento=documento&num_registro=201803097545&data=20181219&formato=PDF< acesso em 14 de outubro de 2021.

_____, Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus, nº 313.251, Terceira Turma Relator(a): Min. Joel Ilan Paciornik, 2018. Disponível em > <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/860079322/habeas-corpus-hc-313251-rj-2014-0345586-7/inteiro-teor-860079325?ref=serp>

< acesso em 07 de outubro de 2021.

_____, Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus, nº 426.778, Relator(a): Min. Sebastião Reis Júnior, 2018. Disponível em >https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=201703091680 < acesso em 07 de outubro de 2021.

_____, Superior Tribunal de Justiça, Habeas Corpus, nº 554092, Relator(a): Min. Joel Ilan Paciornik, 2020. Disponível em >https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=108263882&tipo_documento=documento&num_registro=201903837004&data=20200406&formato=PDF < acesso em 07 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus nº101542, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowsk, 2010. Disponível em ><https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur178607/false> < acesso em 09 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus nº 674151, Relator(a): Celso de Mello, 2013. Disponível em ><https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24269363/recurso-extraordinario-com-agravo-are-674151-mt-stf> < Acesso em 14 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Recurso Extraordinário Com Agravo, nº 674151, Relator(a): Min. Celso De Mello, 2013. Disponível em > <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho363722/false> < acesso em 10 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus, nº 146672, Relator(a): Min. Marco Aurélio, 2019. Disponível em ><https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur429523/false> < acesso em 20 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus, nº 178777, Relator(a): Min. Marco Aurélio, 2020. Disponível em ><https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur438267/false> < acesso em 13 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus, nº 185.068, Relator(a): Min. Celso De Mello, 2020. Disponível em ><https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur436447/false> < acesso em 20 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus, nº 178777, Relator(a): Min. Marco Aurélio, 2020. Disponível em ><https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur438267/false> < acesso em 20 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus, nº 178856, Relator(a): Min. Marco Aurélio, 2020. Disponível em > <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur434610/false> < Acesso em 20 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Habeas Corpus, nº 176933, Relator(A): Min. Celso de Mello, 2020. Disponível em > <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur436436/false>< Acesso em 20 de outubro de 2021.

_____, Supremo Tribunal Federal, Agravo Regimental no Recurso Ordinário em Habeas Corpus, nº 192431, Relator(a): Min. Ricardo Lewandowsk , 2021. Disponível em > <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur446037/false>< Acesso em 09 de outubro de 2021.

_____, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 2015. Disponível em ><https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/tribunal-do-juri>< acesso em 15 de outubro de 2021.

_____, Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Tribunal do Júri. 2015. Disponível em ><https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/tribunal-do-juri> < acesso em 17 de outubro de 2021.

BASSETTI, Enzo. Da possibilidade de recurso contra a decisão do conselho de sentença que absolveu o réu com base no quesito genérico. Meu Jurídico, 2021. Disponível em > <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2021/01/08/da-possibilidade-de-recurso-contradecisao-conselho-de-sentenca-que-absolveu-o-reu-com-base-no-quesito-generico/> < Acesso em: 31 de outubro de 2021.

BRASILEIRO, Renato. Manual de Processo Penal. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BULOS, Uadi Lammêgo. O livre convencimento do juiz e as garantias constitucionais doprocesso penal. Revista da EMERJ, v. 3, n. 12, 2000.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 13 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAMPOS, Walfredo Cunha. Tribunal do Júri. São Paulo: Atlas, 2011.

CRUZ, Rogério Schietti Machado. Garantias processuais nos recursos criminais. São Paulo:Atlas, 2002.

CORRÊA, Luiz Artur de Paiva. O dever de fundamentar as decisões judiciais e o Princípiodo livre convencimento do juiz. Revista Jurídica, v. 9, n. 08, 2012.

COSTA, Lucas Sales da. Da obrigatoriedade do quesito genérico absolutório no âmbito dotribunal do júri. Revista de Doutrina e Jurisprudência, v. 107, n. 2, 2017.

DELMANTO, Roberto. O descrédito do júri. Revista Jurídica Consulex, nº 181, 2004.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A reforma da reforma**. São Paulo: Malheiros, 2002.

DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. Salvador: JusPODIVM, 2006.

DURIGON, Luís Gustavo; FAGUNDES, Jorge Murussi. **Livre convencimento motivado e decisão jurídica penal: perspectivas processuais constitucionais**. Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto, v. 4, n. 2, 2018.

FARIA, Bento de. **Código Penal brasileiro comentado**. Rio de Janeiro: Record, v. 5, 1959.

GOMES, Luiz Flávio. **Estudos de direito penal e processo penal**. São Paulo: RT, 1999.

GOMES, Luiz Flávio. **Estudos de direito penal e processo penal**. Editora Revista dos Tribunais, 1999.

GOMES, Márcio Schlee. **Críticas à nova quesitação do Júri**. Revista do ministério, 2015.

GRECO, Vicente Filho, **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 1995.

GOMES, Edneia. **Origem, história, principiologia e competência do júri. Âmbito jurídico**. Disponível em: >[GUANDALINI VIEIRA, Rafael. **Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: Contradições relativas a sua natureza jurídica**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011.](https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-86/origem-historia-principiologia-e-competencia-do-tribunal-do-juri/#:~:text=No%20Brasil%2C%20seu%20surgimento%2C%20foi,Lei%20de%2018%20de%20Junho.&text=O%20Tribunal%20do%20J%2C%20BAr%20%20C%20A9,alistados%20anualmente%20pelo%20Juiz%20DPresidente.< Acesso em :13 de outubro de 2021.</p></div><div data-bbox=)

HOFF, Flavio Fonseca. **A Absolvicao por Clemencia no Tribunal do Juri**. Atuacao, v. 27, 2015.

HOLANDA C. SEGUNDO, Antônio de; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. **Íntimaconvicção, veredictos dos jurados e o recurso de apelação com base na contrariedade à prova dos autos: necessidade de compatibilidade com um processo de base garantista**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Vol. 116, 2015.

JARDIM, Eliete Costa Silva. **Tribunal do Júri-Absolvição Fundada no Quesito Genérico: Ausência de Vinculação à Prova dos Autos e Irrecorribilidade**. Revista da EMERJ, v. 18, n. 67, 2015.

JÚNIOR, Aury Lopes; LOPES JR, Lopes Junior. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. Editora Lumen Juris, 2012.

JUNIOR, Nelson Jorge. **O princípio da motivação das decisões judiciais**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito. ISSN 1984-1094, n. 1, 2008.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. **Duplo grau de jurisdição no direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo Penal**. 2. ed. Bahia: JusPODIVM, 2015.

LYRA, Roberto. **O júri sob todos os aspectos**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1950.

MALATESTA, Nicola Framarino Dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. Vol. 1 Campinas: Bookseller, 1996.

MARQUES, José Frederico. **A instituição do Júri**. Campinas: Editora Bookseller, 1997.

MARQUES, José Frederico. **A instituição do júri. v. 1**. São Paulo: Saraiva, 1963. Apud: LOPES FILHO, Mario Rocha. Op. Cit.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 18ª ed., 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios fundamentais: teoria geral dos recursos**. 4.ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1997.

NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004

NICOLITT, André Luiz. **Manual de Processo Penal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

_____, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2008

_____, Guilherme de Souza. **Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____, Guilherme de Souza. **Prisão e liberdade. As reformas processuais penais introduzidas pela lei**, v. 12, 2011.

_____, Guilherme de Souza. **Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais**. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____, Guilherme de Souza. **Análise da instituição do júri sob a ótica dos seus princípios constitucionais**, 2014. Disponível em:

><https://guilhermenucci.com.br/analise-da-instituicao-sob-otica-dos-seus-principios-constitucionais/>< Acesso em 17 de novembro de 2021.

_____, Guilherme de Souza. **Tribunal do Júri**. 6 ed. São Paulo: Forense, 2015

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____, Eugênio Pacelli de; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal 2**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2011.

_____, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**, Editora Atlas, 17ª Edição, 2012.

_____, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**, Editora Atlas, 22ª Edição, 2018,

OLIVEIRA, Edmundo. **O tribunal do Júri na Administração da Justiça Criminal nos Estados Unidos, apud Tribunal do Júri, coord. Rogério Lauria Tucci**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1999.

PEIXOTO, Afrânio. **Criminologia. revista e atualizada por H. Veiga de Carvalho**. São Paulo: Saraiva, 1953.

PEDRA, Adriano Sant'Ana. **A natureza principiológica do duplo grau de jurisdição**. Revista de Direito Administrativo, v. 247, 2008.

PINTO, Nelson Luiz. **Manual dos recursos cíveis**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 80 PEREIRA, Allan Aparecido Gonçalves. **A arte do convencimento e o tribunal do júri**. 2007.

PONTES, Maria Carolina Rollo; DUTRA, Lígia Maria Comis. **Efeito Supralegal do Pacto de São José da Costa Rica**. Unisantia Law and Social Science, v. 6, n. 1, 2017.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 3 ed. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1999.

RANGEL, Paulo. **Tribunal do júri: visão linguística, histórica, social e jurídica**. São Paulo:Atlas, 2015.

_____, Paulo, 1961- **Tribunal do júri: visão linguística, histórica, social e jurídica**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2018.

SANCHES, Rogério. **Código de Processo Penal e Lei de execução penal**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

SANTOS, Luís Cláudio Almeida. **O sagrado e o profano no tribunal do júri brasileiro**. PrismaJurídico, n. 4, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dos direitos e garantias fundamentais**. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar; STRECK, Lenio L. (Coords). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013.

SILVA, Rodrigo Fauz Pereira e. **Tribunal do Júri: o novo rito interpretado**. 2ª. ed. Curitiba:Juruá, 2010.

STRECK, Lenio Luiz. **O novo Código do Processo Civil (CPC) e as inovações hermenêuticas: o fim do livre convencimento e a adoção do integracionismo dworkiniano**. id/511525, 2015.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa, **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva,2006.

_____, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado**. v. 2. SãoPaulo: Saraiva, 2010.

_____, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. 2011.

_____, Fernando da Costa. **Processo penal**. v.1. 35. ed. rev. e atual. São Paulo:Saraiva, 2013.

TUBENCHLAK, James. **Tribunal do Júri – contradições e soluções**. 3ed. Rio de Janeiro:Forense, 1991.

_____, James. **Tribunal do Júri – contradições e soluções**. 3ed. Rio de Janeiro:Forense, 1991.

VERSOZA, Rafaela Leite. **O duplo grau de jurisdição**. Direito UNIFACS– Debate Virtual, n.170, 2014.

WHITAKER, Firmino. **Jury**. São Paulo: Saraiva, 1930.